

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

UMA RUA EM DISPUTA
RUA DO PRÍNCIPE, JOINVILLE, SANTA CATARINA – 1986 / 2004

AUTOR: JOÃO ABEID FILHO
ORIENTADORA: DR^A. ILANIL COELHO

JOINVILLE – SC
2013

JOÃO ABEID FILHO

UMA RUA EM DISPUTA
RUA DO PRÍNCIPE, JOINVILLE, SANTA CATARINA – 1986 / 2004

Dissertação de Mestrado
apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre
em Patrimônio Cultural e Sociedade
na Universidade da Região de
Joinville – Univille, na linha de
pesquisa Patrimônio e Memória
Social.

Orientadora: Dra. Ilanil Coelho.

Joinville – SC

2013

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

A138u Abeid Filho, João
Uma rua em disputa: rua do Príncipe, Joinville, Santa Catarina: 1986/2004 / João Abeid Filho; orientadora Dra Ilanil Coelho – Joinville: UNIVILLE, 2013.

137 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Patrimônio Cultural e Sociedade –
Universidade da Região de Joinville)

1. Patrimônio cultural - Joinville. 2. Gestão pública – Espaço urbano – Joinville. 3. Espaços públicos – Uso. I. Coelho, Ilanil. (orient.). II. Título.

CDD 363.69

Termo de Aprovação

"Uma rua em disputa: Rua do Príncipe, Joinville, Santa Catarina – 1986/2004",

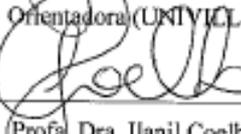
por

João Abeid Filho

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Prof. Dra. Ilanil Coelho
Orientadora (UNIVILLE)



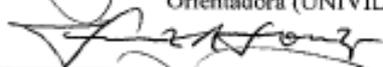
Prof. Dra. Ilanil Coelho

Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

Banca Examinadora:



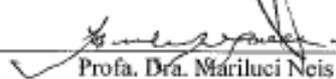
Prof. Dra. Ilanil Coelho
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dr. Luiz Alberto de Souza
(FURB)



Prof. Dra. Dione da Rocha Bandeira
(UNIVILLE)



Prof. Dra. Márciluci Neis Carelli
(UNIVILLE)

Joinville, 18 de março de 2013.

DEDICATÓRIA

Dedicamos esta dissertação primeiramente a Deus, que não desiste em mostrar sua luz a clarear nossos caminhos, à família, pais, filhos e especialmente à Dulcenéia, mulher, companheira e incentivadora.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à orientadora, a Professora Doutora Ilanil Coelho, que apresentou-nos o caminho para a ciência, assim como aos demais professores do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, responsáveis pelo prazeroso caminho da leitura selecionada e resignificada.

Não podemos, porém, esquecer-nos de agradecer igualmente aos artesãos que iniciaram a Feira de Artesanato em Joinville e que, mesmo sofrendo duro golpe no ano de 2004, permanecem ativos em seu trabalho sendo hoje personagens ainda vivos e presentes na história dessa cidade.

RESUMO

O trabalho busca analisar as disputas que impulsionam e que são impulsionadas por processos de intervenção urbana, realizados sob a égide de proteção ao patrimônio cultural. Toma-se como referência de estudo a Rua do Príncipe, localizada no centro de Joinville, Santa Catarina. Observa-se que na história da cidade, esta rua foi objeto de várias intervenções e atualmente registra o maior número de imóveis tombados. A pesquisa realizada focalizou dois projetos de intervenção. O primeiro ocorreu em 1986 quando foi construído um calçadão. Por força de uma reivindicação da Associação Joinvilense dos Artesãos – Ajart, junto ao poder público, neste mesmo ano a rua passou a abrigar a denominada Feira de Artesanato. A segunda intervenção ocorreu em 2004 e consistiu na abertura do calçadão para o trânsito de veículos motorizados. Concorreu nessa iniciativa, a parceria da Prefeitura com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville – CDL, resultando na expulsão dos artesãos e retirada da Feira de Artesanato da Rua do Príncipe. A investigação dessas duas intervenções teve como problemática a análise das mudanças praticadas no espaço a luz dos direcionamentos tomados pela gestão pública e dos interesses de diferentes sujeitos, grupos sociais e instituições. Além de livros e artigos científicos sobre a história da cidade e temas afins à pesquisa, utilizou-se como fontes reportagens, textos institucionais (impressos ou disponíveis em sítios virtuais), leis, documentos oficiais fornecidos por órgãos públicos municipais, imagens, fotografias de Acervos públicos e privados e registros escritos e fotográficos de observação. A interpretação desse conjunto documental permitiu refletir sobre os usos sociais da rua, bem como alguns dos conflitos e das tensões que estão na base das transformações físicas e estéticas da Rua do Príncipe.

Palavras-Chaves: Patrimônio cultural; memória social; intervenções urbanas; usos da rua; gestão patrimonial.

ABSTRACT

The work explores the disputes that drive and are driven by processes of urban intervention, conducted under the auspices of protecting the cultural heritage. Take as reference for the study of the Rua do Príncipe Street, located in downtown Joinville, Santa Catarina. It is observed that in the history of the city, this street was the subject of several interventions and currently has the highest number of properties registered. The research focused on two intervention projects. The first occurred in 1986 when it was built a boardwalk. By virtue of a claim of the Association of Artisans Joinville - Ajart, with the government in the same year the street has housed called the Craft Fair. The second intervention occurred in 2004 and was the opening of the boardwalk for the transit of motor vehicles. Competed in this initiative, the City's partnership with the Chamber of Shopkeepers of Joinville - CDL, resulting in the expulsion and withdrawal of Craftsmen Craft Fair from Rua do Príncipe Street. The investigation of these two interventions had as problematic analysis of the changes applied within the light of the directions taken by the public administration and the interests of different individuals, social groups and institutions. Besides books and scientific articles about the city's history and related topics for research, were used as sources reports, institutional texts (available in printed or virtual sites), laws, official documents provided by municipal, images, photographs of collections public and private written and photographic observation. The interpretation of this set of documents allowed reflect on the social uses of the street, as well as some of the conflicts and tensions that underlie the physical and aesthetic transformations of Rua do Príncipe Street.

Key Words: Cultural heritage, social memory, urban interventions; uses the street; asset management.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ajart – Associação Joinvilense dos Artesãos

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

CONURB - Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville

GRT - Grupo de Respostas Táticas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IELUSC - Associação Educacional Luterana Bom Jesus

IPCJ – Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPREVILLE – Instituto de Previdência de Joinville

IPPUJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville

OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PMDB - Partido do Movimento democrático do Brasil

PT - Partido dos Trabalhadores

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UIP - Unidades de Interesse de Preservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 UM PASSEIO PELA RUA DO PRÍNCIPE	15
2 INTERVENÇÕES NA RUA DO PRÍNCIPE	43
3 LOJISTAS E ARTESÃOS: A RUA COMO PALCO E OBJETO DE DISPUTAS	50
4 INTERVENÇÕES URBANAS: CONCEITOS EM MOVIMENTO	78
5 INFLEXÕES NA GESTÃO URBANA DO PATRIMÔNIO CULTURAL	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE	117
ANEXOS	135

A História começa no nível do chão, com passos. São miríades, mas não compõem uma série. Não se pode conta-los, porque cada unidade tem um caráter qualitativo: um estilo de apreensão tátil e apropriação quinestésica. Sua massa fervilhante é uma coleção inumerável de singularidades. Suas trilhas entrelaçadas dão sua forma aos espaços. Eles tecem lugares em conjunto. A esse respeito, os movimentos pedestres formam um desses “sistemas reais cuja existência de fato constrói a cidade”. Não os localizamos; ou melhor, são eles que se espacializam. (CERTEAU, 1994, p.28)

INTRODUÇÃO

O tema geral desta dissertação tem como alvo o estudo sobre a relação entre os usos da rua e a gestão do patrimônio cultural edificado. Procuramos respostas sobre quais seriam os embates e disputas que atravessam essa relação e como responde a gestão pública diante às demandas emergentes relacionadas. Buscamos ainda respostas sobre como se apropriam as dimensões simbólicas e econômicas da noção de patrimônio cultural na contemporaneidade, quando encontram-se em jogo processos de intervenção urbana e usos sociais dos espaços públicos.

O diálogo interdisciplinar nos conduz nessa pesquisa, uma vez que questões relacionadas a diversos campos da ciência corroboram para os cenários observados, tais como a sociologia, a história, o urbanismo e a gestão pública, entre outros.

Neste trabalho tomamos como referência a Rua do Príncipe pela sua importância no cenário das intervenções urbanas ocorridas em Joinville, em Santa Catarina. Percebemos que existe um claro direcionamento dessas ações para a região do centro, em locais selecionados e se apresentam como processos promovidos muitas vezes pela influência de grupos sociais que disputam o espaço¹ nessa rua. Chamou-nos à atenção um grupo de artesãos e uma Feira de Artesanato, a sua relação com os lojistas estabelecidos em prédios tombados e os constantes embates pela disputa por um lugar privilegiado. Perguntamos então, quais fatores podem incidir sobre intervenções urbanas que buscam promover a proteção do patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, disciplinar os usos sociais de determinados espaços públicos? De que forma essas questões podem ser vislumbradas tomando-se como base empírica a Rua do Príncipe e os usos que dela fizeram artesãos e

¹ Espaço aqui se utiliza na conceituação de Certeau: como lugar praticado. Como definido pelo autor, o espaço seria então o resultado do “cruzamento de móveis”, realiza-se enquanto vivenciado. O lugar praticado depende dos deslocamentos para se re-significar. Os grupos sociais mencionados disputam o lugar com interesses divergentes, tentando impor sua forma de praticá-lo, tornando-se assim, o seu próprio “lugar” (CERTEAU, 1994, p. 199 – 217).

lojistas a partir da década de 1980? Quais os discursos e práticas imbricados nessas intervenções?

Salientamos que os grupos escolhidos, de artesãos e de lojistas, não esgotam todos os públicos atuantes naquela rua, mas tornaram-se objeto de nossa pesquisa por terem relação direta com os acontecimentos que observamos e que delimitamos como corte de interesse neste trabalho.

Em nossa pesquisa situamos duas intervenções conflitantes, ocorridas num período de duas décadas onde, num primeiro momento, se instala um calçadão e uma Feira de Artesanato para, no segundo momento, ocorrer a destruição desse mesmo calçadão e remoção da Feira. Observamos um fenômeno de inflexão nas ações governamentais mediante discursos similares e partimos para a compreensão desse fenômeno e suas causas. As respostas foram mineradas nos registros históricos e em matérias veiculadas por jornais periódicos locais, além do acesso a literatura pertinente e no contato realizado com personagens que vivenciaram experiências inspiradoras que nos ajudaram na fundamentação capaz de nos levar às respostas, ainda que provisórias, as quais desejamos alcançar.

Entre as fontes de pesquisa, destacamos os acervos de fotografias, públicos e privados, que serviram de estudo tendo como metodologia a interpretação baseada na leitura das imagens, combinadas com textos e narrativas a elas relacionadas. O acervo de reportagens corroborou com a interpretação, tendo em vista o conteúdo em relação ao contexto da escrita e os vínculos da fonte com a problemática norteadora. A pesquisa envolveu ainda a legislação patrimonial, na busca pela compreensão dos sentidos dados ao patrimônio cultural e sua relação com os fatos analisados.

Através da compilação de um caderno de campo, elaborado nas observações realizadas em cinco momentos distintos e nos registros que seguiram a problemática dos usos da Rua do Príncipe, baseamo-nos nas categorias analíticas propostas por Fraya: interação, função e contexto.

No primeiro capítulo, procuramos identificar e analisar os usos da Rua do Príncipe na contemporaneidade. A questão central é saber qual a relação

entre os usos da rua e a gestão do patrimônio cultural edificado. Com base nos registros levantados no caderno de campo, buscamos por informações, por vestígios de intencionalidades e pelo conhecimento sobre como essa rua é praticada. Fizemos fotografias sobre situações que nos mostram a tentativa dos urbanistas em disciplinar os usos na rua. Também foram levantadas as leis pertinentes ao patrimônio cultural e sua evolução histórica, assim como a questão do crescimento demográfico como forma de definir cenários de influência.

No segundo capítulo, ainda tendo em foco a relação entre os usos da rua e a gestão do patrimônio cultural edificado, dedicamos ao estudo sobre as intervenções urbanas na Rua do Príncipe desde as suas origens nos tempos coloniais. O levantamento foi elaborado com base em registros históricos em livros especializados e nas matérias veiculadas pela imprensa.

O terceiro capítulo trata dos embates e disputas ocorridas na Rua do Príncipe e a ação da gestão pública diante dessas demandas. São então relatados os fatos ocorridos na intervenção ocorrida em primeiro de março de 2004, com base em acervo fotográfico privado, matérias em jornais e em sítios na internet, além de contribuições passadas por pessoas que testemunharam esse episódio.

Com base nas informações levantadas, partimos para o quarto capítulo em busca pela fundamentação teórica que poderia nos trazer pistas sobre o modelo de intervenção adotado nos anos de 1986 e 2004. São levantadas definições sobre modelos de intervenção urbana categorizadas em literatura específica.

No quinto capítulo procuramos saber como se apropriam as dimensões simbólicas e econômicas da noção de patrimônio cultural na contemporaneidade. Através de pesquisa na literatura de teóricos contemporâneos, analisamos os movimentos do poder público naquelas intervenções na tentativa de responder às questões levantadas em nosso trabalho.

Nas considerações finais apresentamos possíveis explicações para os fenômenos ocorridos, mediante as informações levantadas nos capítulos anteriores.

Ressaltamos por fim, que, apesar de analisarmos os eventos ocorridos nos anos de 1986 e 2004, nossa pesquisa abarca um período maior, trazendo os registros mais remotos e também os contemporâneos, como forma de leitura histórica e para caracterizar de maneira mais assertiva os fatos relatados e suas possíveis influências e causas.

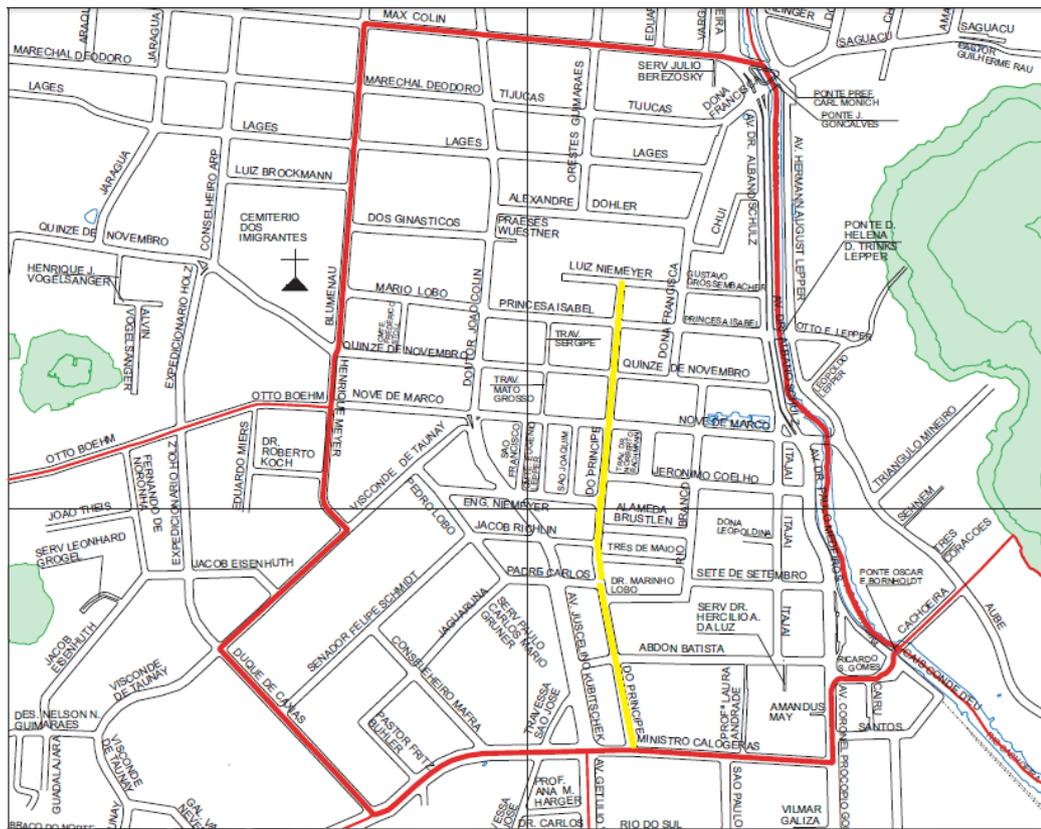
1. UM PASSEIO PELA RUA DO PRÍNCIPE

Iniciamos o projeto de investigação com a elaboração de um Caderno de Campo, criado através de observações realizadas em diversas visitas pela Rua do Príncipe realizadas entre dezembro de 2011 e janeiro de 2013. Visitas à procura de indícios capazes de trazer questões e reflexões sobre essa rua que apresenta características instigantes, pelo grande número de pessoas que por ali passam diariamente e que a praticam de maneiras múltiplas. Um passeio que se desdobrou em muitos outros, em dias e horários diferentes, onde observações e registros fotográficos proporcionaram, nesse próprio processo, um aprofundamento da reflexão dos problemas de pesquisa que foram emergindo ao longo da investigação.

Situada na região central de Joinville e parte de um conjunto de ruas que compõem o cenário que nos remete às origens da cidade, a Rua do Príncipe nos chama especial atenção para o estudo das intervenções urbanas. É possível perceber a atenção dada pelos gestores públicos através do olhar atento.

Na figura 1, a região do centro da cidade é delimitada por uma linha vermelha, sendo a Rua do Príncipe destacada em amarelo.

Figura 1 – Centro de Joinville, 2013.



Fonte: Prefeitura Municipal de Joinville

Partindo da Rua Luiz Niemeyer em direção à Rua Ministro Calógeras, percebemos que a rua oferece uma via única para veículos, resultado de uma calçada ampliada no lado direito, onde podemos avistar bancos, jardineiras com pequenos arbustos e farto espaço para pedestres (Figura 2).

Figura 2 – Flores e bancos ornamentam a Rua do Príncipe, esquina com Rua Quinze de Novembro.



Fonte: Google Maps

Em qualquer hora do dia, é possível constatar o grande fluxo de pessoas. Pedestres, ciclistas e motoristas procuram seus caminhos, aparentemente desordenados e caóticos, mas sendo persuadidos a seguir uma surpreendente e clara organização que se mostra nos detalhes e nas sinalizações que tentam definir espaços, usos e roteiros.

O movimento de veículos é lento e difícil. Não é possível passar pela rua rapidamente e muito menos sem que se tenha que parar, ao menos uma vez, nos horários de trânsito intenso, o que obriga a observação das vitrines, repletas de sedução consumista. Chamou à nossa atenção a tentativa de controle do uso desses espaços. Placas definem o lugar para estacionamento para os idosos, para os deficientes e até mesmo o tempo de utilização de estacionamento diante de farmácias e de outras casas comerciais. A figura 3 apresenta algumas dessas indicações de uso da rua.

Figura 3 – Rua do Príncipe, placas indicadoras de uso, dezembro de 2011.



Fonte: Acervo do autor

Os ciclistas, sem uma via exclusiva, disputam, entre os automóveis e os pedestres, sua busca pelo destino desejado, mas encontram espaço definido para estacionarem seus veículos, como demonstrado na figura 4.

Figura 4 – Rua do Príncipe, local definido para uso de ciclistas, dezembro de 2011.



Fonte: Acervo do autor

As vitrines expõem novos modelos de bicicleta, como se percebe na figura 5, na tentativa de seduzir esse tipo de usuário da Rua, numa cidade onde esse veículo é utilizado em grande escala.

Figura 5 – Rua do Príncipe, bicicletas na vitrine, dezembro de 2011.



Fonte: Acervo do autor

Também a polícia se utiliza desses veículos. A figura 6 registra, entretanto, que para esses, o espaço escolhido para a parada pode ser transgredido.

Figura 6 – Rua do Príncipe, bicicletas de policiais, dezembro de 2011.



Fonte: Acervo do autor

Pedestres comportam-se de maneira diversa, alguns apressados, mães arrastando crianças. Alguns buscando produtos nas mais diversas lojas ou entrando e saindo de bancos e lojas de crédito. Moças com pranchetas tentam parar pessoas na tentativa de levá-las a conhecer uma loja ou um serviço, numa luta muitas vezes sem sucesso pela falta de interesse dos transeuntes apressados. Algumas lojas contam com locutores, donos de vozes padronizadas, características dos apresentadores de programas de televisão, que tentam trazer para dentro de suas lojas pessoas que possam ser seduzidas por alguma promoção. Alternam seu discurso com músicas populares e, como existem várias lojas com esse tipo de divulgação, os sons se misturam, somando-se aos ruídos dos veículos, o que torna o caminho vibrante e anárquico, sob o ponto de observação auditiva.

Ao lado de uma loja de roupas, próximo a uma praça, uma mulher sentada ao chão estende um pano onde expõe imãs de geladeira artesanais. Ela tenta em vão vendê-los, numa súplica que insinua a desigualdade diante de todo o aparato de recursos que a cerca. As motocicletas também têm espaços definidos para repouso e se enfileiram enquanto aguardam seus proprietários, conforme registramos na figura 7.

Figura 7 – Rua do Príncipe, local definido para o uso de motociclistas, dezembro de 2011.



Fonte: Acervo do autor

Na rua, o comércio se apoderou dos espaços. A cidade mercantil mostra-se em vitrines onde tudo pode ser visto. A figura 8 mostra essa profusão de produtos à venda e promoções de Natal.

Figura 8 – Rua do Príncipe, produtos expostos em vitrines, dezembro de 2011.



Fonte: Acervo do autor

Manequins seminus tentam seduzir as pessoas que passam apressadas com destinos desconhecidos, tais como observadas por Canevacci (2008, p. 279) em seu passeio pela cidade de São Paulo na virada deste século, que interpreta esse tipo de comunicação como um *atrator*, ou seja, uma tentativa de trazer o olhar do transeunte para o “movimento zero”, da paralização da retina para um ponto que traduz um código, explorado por um fetichismo visual imposto pela comunicação da metrópole, registro que apresentamos na figura 9.

Figura 9 – Rua do Príncipe, manequins, dezembro de 2011.



Fonte: Acervo do autor

Prédios novos avizinham-se de construções antigas, algumas reformadas de maneira que se descaracterizaram, com as fachadas transformadas em grandes vitrines retangulares, numa mistura de estilos reveladora de uma bricolagem e das tensões na apropriação desse espaço.

Ao chegarmos ao cruzamento com a Rua Jerônimo Coelho, o padrão muda: a rua passa a oferecer maior espaço para os automóveis, permitindo a circulação de dois veículos. Existe um fluxo maior de veículos a partir desse ponto. A história nos revela que o trecho da Rua do Príncipe, entre as Ruas Nove de Março e Jerônimo Coelho, abrigara um calçadão. Nesse calçadão, se estabeleceu uma Feira de Artesanato, mas, por razões que nos interessamos em desvendar, o calçadão foi aberto para o trânsito de veículos e a Feira de Artesanato removida para outro espaço. A figura 10 mostra esse trecho na atualidade, com abertura ao trânsito.

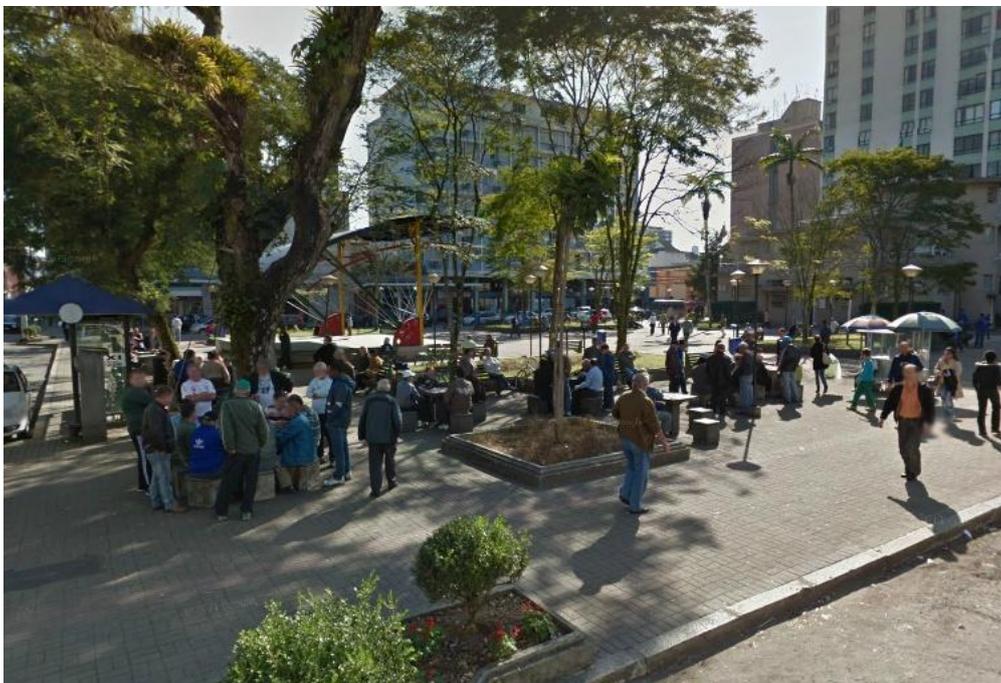
Figura 10 – Rua do Príncipe, o antigo local do calçadão abre espaço para o trânsito, setembro de 2012.



Fonte: Google Maps

Entre as ruas Abdon Batista e Ministro Calógeras, surge uma praça, como se pode verificar na figura 11, um descanso ao olhar continuado. Nesse local apresentam-se manifestações culturais, esporadicamente, em palcos improvisados e transitórios, como cantores de rua e malabaristas entre outros. Na praça também se encontram mesas para o jogo de damas, atraindo idosos e curiosos que procuram um lugar pré-definido pelo desenho urbano e adotado talvez pela falta de alternativa.

Figura 11 – Praça Nereu Ramos



Fonte: Google Maps

Adiante a Alameda Brustlein, mais conhecida como Rua das Palmeiras, rompe o cenário, remetendo o observador a um corredor de palmeiras que, tal como se um portal aberto o levasse a uma viagem no tempo, conduz diretamente ao Museu Nacional de Imigração e Colonização, ou, como é mais conhecido pela população, o Museu do Príncipe. A figura 12 mostra a visão do pedestre diante da Rua das Palmeiras.

Figura 12 – Alameda Brustlein, Rua das Palmeiras 24/06/2011.



Fonte: Acervo do autor

Impressiona a altura das palmeiras e o caminho que remete o olhar do transeunte para um cenário que oferece a visão de um passado glorioso e espetacularizado.

Continuando a caminhada pela Rua do Príncipe, percebemos que a maior parte dos imóveis apresenta fachadas com arquitetura antiga, ocupados, em sua maioria, por comércios de todos os tamanhos e tipos. Não se percebem moradias, a não ser em edifícios, mas, certamente, em andares superiores. Os bancos ocupam prédios próprios, grandes edifícios, seguidos numa escala decrescente pelos prédios ocupados por prestadores de serviços públicos, pelas grandes lojas de departamentos e, na sequência, pelas lojas menores, chegando então aos minúsculos boxes comerciais, incrustados entre lojas, onde mal cabe uma pessoa em seu corredor limitado e repleto de mercadorias de origem duvidosa, os quiosques e, por fim, a mulher na calçada vendendo imãs de geladeira. Existe espaço para todos, mas esses espaços encontram-se segmentados onde cada um parece ter o seu lugar definido. Também nos veículos que trafegam é possível perceber uma estratificação que vai dos sofisticados automóveis importados, às bicicletas e dos utilitários aos motoboys. É, em resumo, um espaço imbricado, onde interesses,

manifestações e estilos, sons e odores se apresentam simultaneamente, numa convivência que poderia parecer improvável.

A catedral de Joinville exibe sua cobertura em forma de concha, sufocada e consumida pelos prédios comerciais que ocupam até mesmo galerias no corpo de seu prédio como registrado na figura 13. Parece que a cidade engole o sagrado, na tentativa de transformá-lo em mais um espaço de consumo. Mas é também mais uma manifestação do conceito praticado desde os primeiros anos de se abrigar, num mesmo prédio, a atividade comercial juntamente com a principal, na maior parte das vezes a residência, mas, nesse caso a Igreja. A rua tem grande fluxo de pessoas, o que atribui valor ao metro quadrado que deve, portanto, ser otimizado para que ofereça retorno financeiro e sobrevivência aos seus proprietários, ou, no caso da Igreja, uma fonte de renda extra para seus projetos de evangelização.

Figura 13 – Rua do Príncipe, a cidade “engole” a igreja matriz, setembro de 2012.



Fonte: Acervo do autor

Perguntas emergem desse passeio. A Rua do Príncipe se apresenta como um cenário de grande interesse dos gestores públicos, que investem em seu embelezamento, mas mostram grande esforço na definição dos usos de cada espaço. Mas, como explicar a construção de um calçadão e sua posterior

destruição? Como explicar a remoção de uma Feira de Artesanato? Como explicar uma intervenção que retira um calçadão e abre espaço para o trânsito, num local onde se pretende o enobrecimento? Como se deram esses movimentos e quais os interesses em jogo? Por fim, por que a Rua do Príncipe é disputada, a despeito de outros espaços no centro de Joinville?

Vamos então levantar mais informações acerca dessa Rua, sua história e sua configuração em dados.

Carlos Ficker relata o desenvolvimento de Joinville a partir do centro colonial, denominado *Schroedersort*. Ficker revela que, nos anos de 1850, picadas eram abertas para ligar os principais pontos na então localidade em expansão sendo que, entre as três principais, destacava-se a *Ziagelei-strasse*, que ia do centro à olaria dos noruegueses, “construída à custa da Direção da Colônia, para facilitar o abastecimento de *Schroedersort* com telhas e tijolos.” (FICKER, 1965, p.103). Essa olaria teria sido a primeira indústria a que se tem registro na cidade e deu nome à rua nos primórdios da colonização: *Ziegelei-strasse*, informação ostentada ainda na atualidade, conforme demonstrada na figura 14. Na tradução do idioma alemão para o português, *Ziegelei-strasse* seria a Rua da Olaria, hoje, Rua do Príncipe.

Figura 14 – Placa com nome da rua, na Rua do Príncipe e o nome original *Ziegeleistrasse*, dezembro de 2011.



Fonte: Acervo do autor

Ficker também nos revela que a *Ziegelei-strasse* “constituía, naqueles tempos remotos, um bonito passeio para os habitantes da vila, aos domingos” (1965, p.103), como demonstra a figura 15.

Figura 15 – Passeio de Domingo na Rua do Príncipe no final do século 18.



Fonte: (FICKER, 1965, p. 177)

A figura 16 traz ilustração realizada por Rodowicz² (NEREIDA, 2008, web) retratando a Olaria que teria sido o motivo da abertura da picada que, posteriormente, foi denominada de Rua da Olaria.

² Theodor Rodowicz Oswiecimsky, militar prussiano que chegou a Joinville em 1851.

Figura 16 – Olaria de Rolf Lying- 1852 (ilustração de Rodowicz)



Fonte: (FICKER, 1965, p.133)

Em 1865 chega à colônia o engenheiro francês Frédéric Bruestlein, representante e procurador do príncipe de Joinville³. Sabendo do interesse do príncipe em visitar a região, Bruestlein projetou uma construção para receber a família real. Adolph Haltenhoff, proprietário da referida olaria, recebeu a encomenda para fornecer o material para a construção da *Maison Joinville*, atual Museu Nacional da Imigração e Colonização, construída em 1870 e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 1939, que compunha uma elegante residência de verão e um caminho de palmeiras imperiais, trazidas do Rio de Janeiro, que a ligava à então *Ziegeleistrasse*. Passa a existir então um circuito composto por uma rua que ligava a olaria a um palácio. Mais tarde, a Rua do Príncipe torna-se passagem para a estação ferroviária, que seria inaugurada em 1906 pelo então presidente Afonso Pena, gerando grande fluxo de pessoas em um espaço enobrecido e testemunho de uma era onde a realeza se fazia presente, se não pela presença dos príncipes, mas pelas construções erigidas, em vão, para recebê-los.

³ O príncipe de Joinville, François Ferdinand Phillipe Louis Marie, de Joinville (cidade situada na França) casou-se com D. Francisca, irmã de D. Pedro II tendo recebido como dote a porção de terra que ao ser negociada com a Cia Colonizadora de Hamburgo deu início à imigração e colonização da região nordeste de Santa Catarina. (JOINVILLE EM FOCO, *web*).

Embora a família real nunca tenha se mudado para o palácio construído, a cidade ficou conhecida como “Cidade dos Príncipes” e a “Rua da Olaria” tornou-se a “Rua do Príncipe”. Até o início do século XX, a direção da colônia situava-se no começo da Rua do Príncipe. A figura 17, obtida junto ao Arquivo Histórico de Joinville, mostra o fluxo de pessoas entre 1910 e 1920.

Figura 17 – Direção da Colônia, Rua do Príncipe, início do século XX.



Rua do Príncipe entre 1910 e 1920.
Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville ⁴

Na década de 1920, bondes seguiam pela Rua do Príncipe até a Estação Ferroviária, como mostra a figura 18.

⁴ Casa ao fundo seria a direção da colônia. (ARQUIVO HISTÓRICO JOINVILLE, *web*).

Figura 18 – Bondes, Rua do Príncipe, década de 1920.



Fonte: Arquivo Histórico de Joinville⁵

O registro de bondes mostra que desde a década de 1920 existe um trânsito de cidadãos que requer condução coletiva. Grande parte dos atuais imóveis na Rua do Príncipe foi construída no início do século XX e refletem a intenção dos colonizadores em trazer a arquitetura europeia em moda na ocasião de suas construções, revelando um ecletismo denunciador das diferentes etnias que já se faziam presentes na construção da cidade.

Além dos estilos diversificados, outra característica torna-se marcante: a vocação para o comércio. No Anexo 1 deste trabalho encontra-se o documento “Dossiê: Casas e Casarões de Joinville – I”, que se trata de levantamento realizado sobre prédios antigos na Rua do Príncipe e suas respectivas origens, todos com usos voltados para o comércio. O Jornal A Notícia relata o depoimento da joinvilense Margarida Schultz, que declara que “nas décadas de 20, 30 e 40 [...] era comum as famílias conciliarem a vida doméstica com os negócios, morando no andar superior enquanto mantinham o empreendimento no térreo” (A NOTÍCIA, 1998).

Essa característica, de construções de uso misto atendendo à necessidade de moradia e gerando receita através de atividades comerciais,

⁵ (ARQUIVO HISTÓRICO JOINVILLE, *web*).

ainda se faz presente nos dias atuais. O grande - e crescente - fluxo de pessoas que se verificou desde a sua criação, explica o constante investimento nas atividades comerciais, que hoje se sobrepõe aos usos para moradia. Outro aspecto que se pode verificar é o grande interesse de preservação do patrimônio edificado, que pode ser conferido nos processos de tombamento dos imóveis nessa rua. Em Joinville, conforme demonstrado pela tabela 1, existem 96 imóveis tombados.

Tabela 1 – Número de imóveis tombados em Joinville classificados por instância de governo.

imóveis tombados	iniciativa	percentual
Total 96 imóveis		100%
3 imóveis	União	3%
4 imóveis	União e Estado	4%
38 imóveis	Estado	40%
51 imóveis	Município	53%

Fonte: Fundação Cultural de Joinville (FCJ) ⁶

Além dos bens já tombados no município, existe um cadastro com mais 49 imóveis em processo de tombamento, informação que conseguimos em pesquisa realizada na Fundação Cultural de Joinville em março de 2012. Mas o processo não cessa de crescer: através de um cadastro de Unidades de Interesse de Preservação – UIPs, a administração pública requer a consulta prévia pelos seus proprietários, quando da decisão de reforma ou demolição desses imóveis. Elencados nessa lista de UIPs constam 1.387 imóveis na área urbana, e mais 477 na área rural. Esse processo encontra-se em revisão através do Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville - IPCJ⁷. O objetivo do IPCJ é permitir o desenvolvimento sustentável da cidade, através do equilíbrio entre a necessidade de crescimento e a preservação da memória coletiva, mas o tombamento é apenas uma das suas ferramentas de gestão, o que significa

⁶ (FUNDAÇÃO CULTURAL JOINVILLE, *web*).

⁷ Instrumento complementar à Lei 1.773, de 10 de dezembro de 1980 e à Lei 6.705, de 11 de junho de 2010.

que o IPCJ também considera e aplica outras formas de proteção ao patrimônio cultural.

Grande parte dos imóveis já tombados é encontrada em localização central, ponto de confluência de milhares de pessoas diariamente e, por essa razão, foco das atenções do comércio na cidade. A Rua do Príncipe detém a sua maior concentração. A tabela 2 e o gráfico 2 mostram a importância dada à Rua do Príncipe, quando das decisões de tombamento.

Tabela 2 - Participação por rua em Joinville, 2011

Ruas	Número de imóveis tombados	Participação percentual
Total	96	100%
Rua do Príncipe	16	17%
Rua General Valgas Neves	8	8%
Avenida Getúlio Vargas	5	5%
Rua Dr. Colin	5	5%
Rua Quinze de Novembro	4	4%
Rua Cel Procópio Gomes	3	3%
Demais Ruas	55	57%

Fonte: Fundação Cultural de Joinville⁸

Cada uma das “Demais Ruas” apresenta apenas um bem tombado em toda a sua extensão, motivo pelo qual foram assim agrupadas.

O quadro 1 mostra a relação de imóveis tombados na Rua do Príncipe.

⁸ Relação de Imóveis Tombados, Fundação Cultural de Joinville (FUNDAÇÃO CULTURAL JOINVILLE, *web*).

Quadro 1 – imóveis tombados na Rua do Príncipe

1 Rua do Príncipe, 101/109	
2 Rua do Príncipe, 192	
3 Rua do Príncipe, 249	
4 Rua do Príncipe, 372	
5 Rua do Príncipe, 403/405	
6 Rua do Príncipe, 415	
7 Rua do Príncipe, 434	

8 Rua do Príncipe, 458	
9 Rua do Príncipe, 461	
10 Rua do Príncipe, 501	
11 Rua do Príncipe, 600	
12 Rua do Príncipe, 623	
13 Rua do Príncipe, 685 – Farmácia Vieira	
14 Rua do Príncipe, 764	
15 Rua do Príncipe, 345	

16 Rua do Príncipe, 292	
-------------------------	---



Fonte: Fundação Cultural de Joinville (2012)

O quadro 2 mostra os imóveis tombados na Alameda Brustlein, ou “Rua das Palmeiras”, elo entre a Rua do Príncipe e o Museu Nacional de Imigração e Colonização (Palácio dos Príncipes).

Quadro 2 – imóveis tombados na Alameda Brustlein

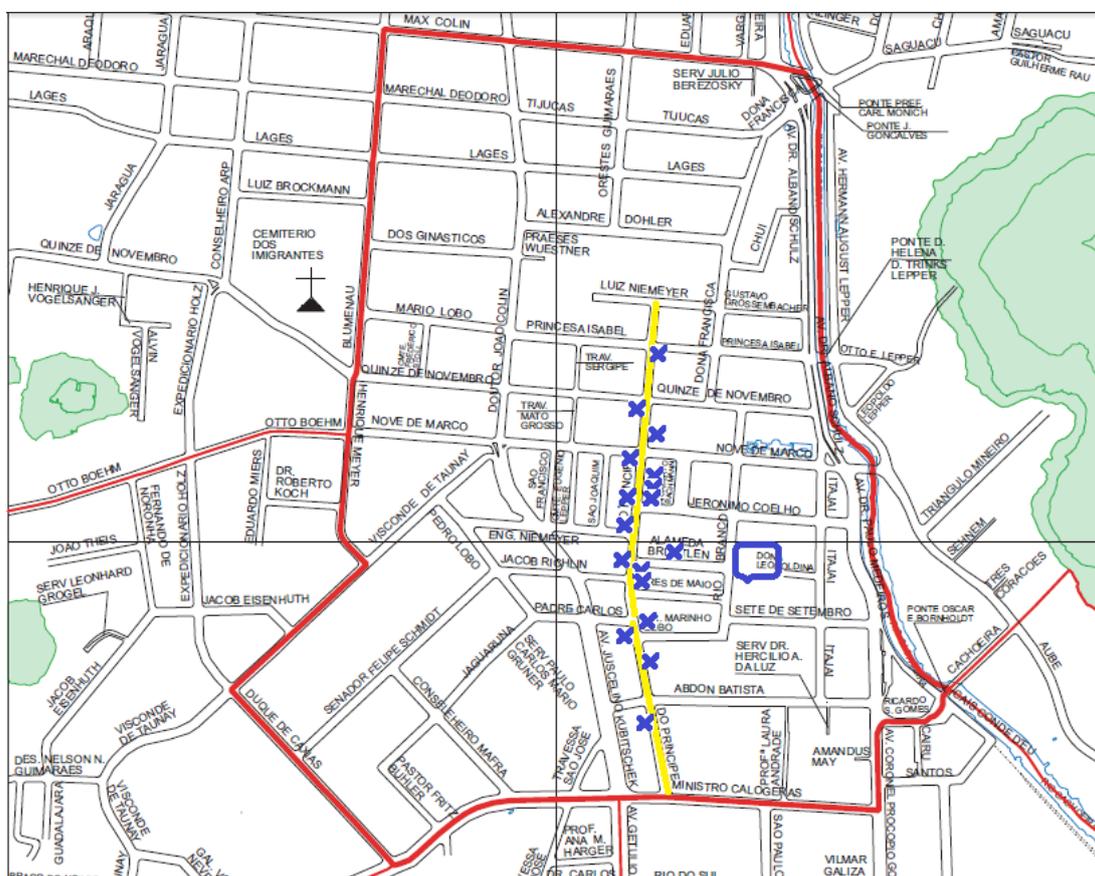
1 Rua das Palmeiras – Alameda Brustlein	
2 Alameda Brustlein, 66	

Fonte: Fundação Cultural de Joinville (2012)

Além desses, identificamos mais seis imóveis em processo de tombamento, ambos de uso comercial os quais resguardaremos a identificação em razão desses processos não terem sido concluídos até o encerramento deste trabalho. Vinte e dois imóveis encontram-se classificados como UIP na Rua do Príncipe e 7 na Alameda Brustlein. Na figura 19, vemos como se concentram os imóveis tombados na Rua do Príncipe e Alameda Brustlein. A região do centro de Joinville é delimitada através de uma linha em vermelho, a Rua do Príncipe é destacada na cor amarela, os imóveis tombados são

representados por sinais em azul e o Museu Nacional de Imigração e Colonização é indicado por um retângulo em azul.

Figura 19 – distribuição dos imóveis tombados na Rua do Príncipe e Alameda Brustlein, 2011



Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Joinville⁹

À direita da imagem, o Museu Nacional da Imigração e Colonização e, entre esse prédio e a Rua do Príncipe, a Alameda Brustlein, ou Rua das Palmeiras, unindo a Rua do Príncipe ao Museu, remetendo o olhar para a história da colonização representada por um Palácio.

Existem dois imóveis tombados que se inserem à paisagem da Rua do Príncipe, que seriam aqueles vinculados à Alameda Brustlein, além da própria Alameda Brustlein, que também é tombada, formando um corredor que é alvo de constante interesse na preservação e intervenções. Se somarmos os imóveis tombados, com os em processo de tombamento e mais as unidades de

⁹ (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE – IPPUJ, web) com anotações do autor.

interesse de preservação, teremos então 44 imóveis somente na Rua do Príncipe, e mais 9 na Alameda Brustlein.

O passeio em dezembro de 2011 trouxe-nos a visão sobre o espaço público da forma como se apresenta no momento presente, as características de uso dos imóveis e as ações de urbanismo que interferem no acesso e mobilidade, além da estética que se quer preservar. A Rua do Príncipe nos traz, ao caminhar, um cenário imbricado, onde prédios históricos apresentam vitrines repletas de produtos, o que à primeira vista parece contrassenso, mas que nos faz acostumar com a ideia de um centro que, ao mesmo tempo apresenta seu caráter de preservação, enquanto nos oferece múltiplas possibilidades de apropriação. Essas múltiplas possibilidades de apropriação podem então estabelecer um desequilíbrio entre o idealizado e o praticado.

No livro *Espelho das Cidades*, Jeudy coloca que "apesar da obsessão da restauração, uma certa desordem visual persiste e convida o cidadão a criar seus próprios modos de leitura da cidade." (JEUDY, 2005, p. 81). Essa leitura feita por cada cidadão parece abrir a possibilidade de, em alguns momentos, opor-se à leitura que deseja disciplinar o próprio olhar. Essas diferentes interpretações trazem um cenário fértil para o desenvolvimento de tensões.

Ainda em Jeudy,

Os financiadores de obras artísticas ou arquitetônicas podem sempre fazer crer que se inspiram em uma certa poesia da cidade, mas estão mais preocupados em produzir uma imagem determinante de sua cidade do que em responder a uma sensibilidade comum aos habitantes. A representação política da soberania obtém uma demonstração sempre visível de sua legitimidade através das metamorfoses da cidade. (JEUDY, 2005, p. 83).

Nesse ponto se percebe que a Rua do Príncipe, recebendo intervenções por parte do gestor público, apresenta-se como local de interesse patrimonial, com evidências de uma cidade imaginada, um romantismo que se reforça nos prédios tombados, na conexão com a Alameda Brustlein (Rua das Palmeiras) remetendo o olhar para o Museu Nacional de Imigração e Colonização.

A quantidade de imóveis tombados e o cíclico investimento nos equipamentos públicos refletem essa intenção. Jeudy escreve: "é preciso que

em um dado momento a cidade seja imobilizada em si mesma para que possa se tornar um objeto de conceitualização” (2005, p. 94). Essa conceitualização seria então a busca por uma identidade, um sentido, uma tentativa de congelar no tempo um passado imaginado e de realidade, neste caso, o Palácio dos Príncipes?

Jeudy explica que “o urbanista (ou o arquiteto) precisa mostrar como as infraestruturas que modifica ou cria, destinam-se de fato a melhorar a vida cotidiana dos cidadãos” (2005, p. 95). É preciso manter uma imagem identitária que provoque a coesão e o controle social através de mecanismos de emanção de um nacionalismo unificante, mas, como garantia de atratividade, é preciso também que se convença que essas ações teriam como base a busca da qualidade de vida da população local. Essa condição pode se tornar paradoxal, pois nem sempre o que é desejado como signo, como vitrine, pode trazer qualidade de vida.

Em visita a obra de requalificação da Alameda Brustlein (Rua das Palmeiras), em 03 de abril de 2012, o então prefeito Carlito Merss declarou ao Blog Sua Cidade: nós já recebemos muitas críticas, mas essa obra é um desejo da comunidade. Se existem muitas críticas, é preciso então saber a que comunidade o Prefeito se dirige.

Jeudy alerta: “o que faz sentido dentro de um espaço urbano nem sempre corresponde a signos manifestos. Há nos modos de apreensão de uma cidade uma relação complexa entre o visível e o invisível - o que pode parecer o mais visível nem sempre é visto” (2005, p. 103). Os imóveis na Rua do Príncipe são intensamente povoados pelo comércio, em função do grande fluxo de pessoas que por ali passam, as quais são disputadas através de uma teia de ofertas. Em dezembro de 2011, levantamos 153 imóveis na Rua do Príncipe. Esses prédios encontram-se distribuídos na forma descrita na tabela 3, com relação às atividades em uso.

Tabela 3 – Distribuição de imóveis, classificados por tipo de atividade, na Rua do Príncipe – dezembro de 2011

Atividades	Número de imóveis	Percentual
Total	153	100%
Lojas	52	34%
Ópticas	11	7%
Imóveis desocupados	7	5%
Joalherias	7	5%
Bancos	6	4%
Boxes	5	3%
Farmácias	5	3%
Instituições financeiras	5	3%
Cabeleireiros	3	2%
Chaveiros	3	2%
Estacionamentos	3	2%
Lanchonetes	3	2%
Bares	2	1%
Barbearias	2	1%
Caldo de cana	2	1%
Instituições públicas	2	1%
Restaurantes	2	1%
Demais atividades	33	22%

Fonte: levantamento visual feito pelo autor

Outro levantamento através de relação de clientes da Companhia Águas de Joinville mostra a distribuição apresentada na tabela 4.

Tabela 4 - Distribuição de imóveis, classificados por tipo de atividade, na Rua do Príncipe – 10 de julho de 2012.

Atividades	Número de imóveis	Percentual
Total	122	100%
Pessoa física	59	48%
Estabelecimentos comerciais	16	13%
Imobiliárias	8	7%
Bancos	7	6%
Prédios públicos	6	5%
Condomínios	4	3%
Lojas de departamentos	4	3%
Instituições financeiras	3	2%
Lanchonetes	3	2%
Drogarias/farmácias	2	2%
Clínicas	1	1%
Construtora	1	1%
Distribuidora de medicamentos	1	1%
Livraria	1	1%
Loja de veículos	1	1%
Ópticas	1	1%
Papelaria	1	1%
Serviços de telefonia	1	1%
Sindicatos	1	1%
Sorveterias	1	1%

Fonte: Companhia Águas de Joinville¹⁰

Esse levantamento traz algumas distorções por motivo de muitos imóveis de uso comercial encontrarem-se cadastrados no serviço de águas da cidade em nomes de pessoas físicas. A diferença entre o número de clientes-consumidores da Companhia Águas de Joinville e o levantamento visual feito em dezembro de 2011 reflete agrupamentos de instituições sob o mesmo endereço e numa ligação de água comum.

¹⁰ Cadastro de clientes da Companhia Águas de Joinville, gentilmente fornecido em 10 jul. 2012.

As impressões ao caminhar nos mostram outras facetas dessa intrincada trama que se desenvolve naquela rua, que o olhar distraído pode não se aperceber. Investimentos estéticos são visíveis, mas tensões parecem se alojar nos interstícios, camufladas em lugares que se modificaram no plano físico, material, onde manifestações e usuários dessa rua foram removidos. O fato de ter havido um calçadão em um projeto de intervenção num momento da história e depois esse mesmo calçadão ter sido removido nos traz um interesse maior. Como isso pode ocorrer? Em que discursos o poder público se apoiou para realizar as intervenções que se mostraram contraditórias em dois momentos distintos?

Partimos então para o estudo sobre as intervenções ocorridas nessa Rua, na tentativa de entender melhor essa contradição, em busca de uma possível lógica nos diversos momentos em que se realizaram essas ações.

2. INTERVENÇÕES NA RUA DO PRÍNCIPE

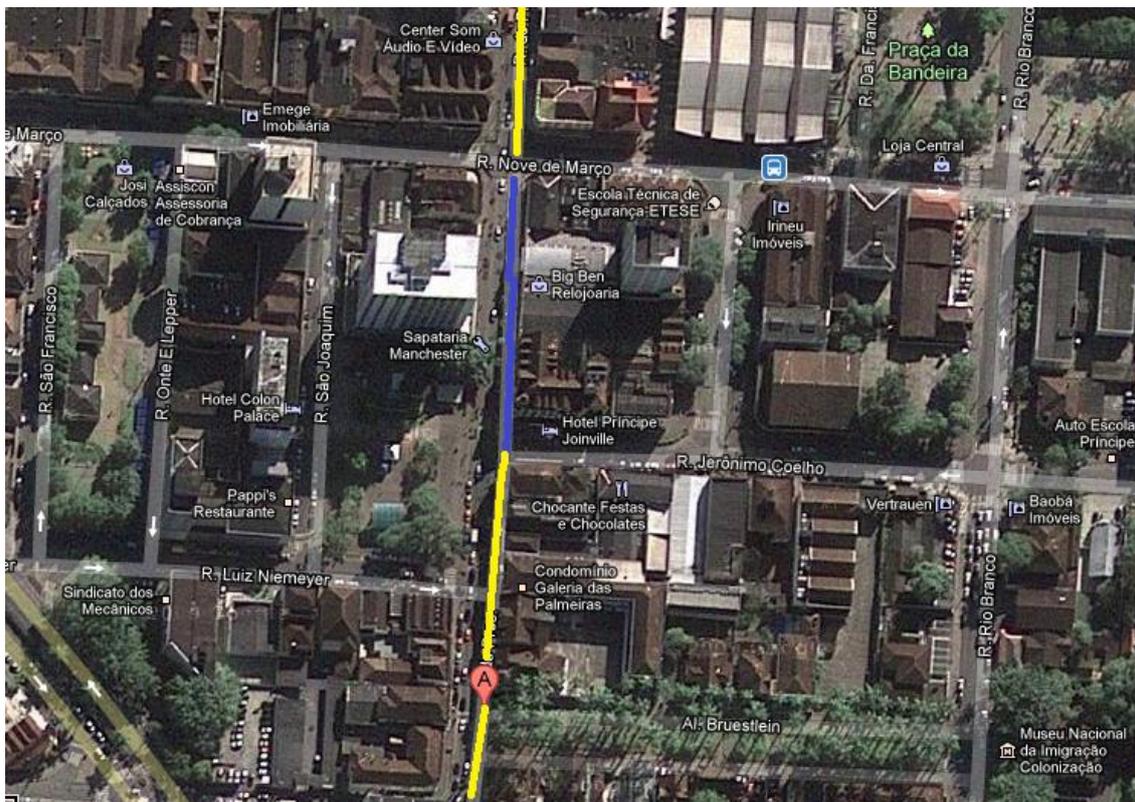
A primeira intervenção urbana na Rua do Príncipe teria ocorrido em janeiro de 1857, com o nivelamento do terreno no alto da Rua da Olaria e a instalação da Casa de Oração Protestante. Ao mesmo tempo eram erigidas duas residências para os padres católicos – a primeira igreja católica provisória já havia sido construída em 1852, também na Rua do Príncipe. (FICKER, 1965, p. 170).

No ano de 1910, a Alameda Brustlein (Rua das Palmeiras), foi pavimentada com paralelepípedos, possibilitando o tráfego de veículos de carga e de passeio. A própria construção do Palácio dos Príncipes e da Alameda Brustlein teriam sido, em nosso entendimento, as primeiras intervenções no espaço urbano e remontam ao século XIX.

No início da década de 1930, é criada a Praça Nereu Ramos, em princípio conhecida como Praça Carlos Gomes, abrigando, na época, um prédio construído para uso dos Correios, posteriormente ocupado pelo Ipreville – Instituto de Previdência de Joinville.

Em 1976, a Alameda Brustlein foi fechada para o trânsito, com a colocação de gramado. Em 1986, é realizada uma intervenção urbana na rua do Príncipe que criou um calçadão. A obra atingiu o trecho entre a Rua Quinze de Novembro e a Rua Nove de Março e compreendeu a substituição do piso de cimento no passeio público, por *petit-pavet*. Esse calçadão foi posteriormente reivindicado pela Associação Joinvilense dos Artesãos - Ajart, que conquistou então um espaço revitalizado para a realização da Feira de Artesanato na Rua do Príncipe. Além do piso, o trecho das calçadas no restante da Rua foi ampliado. Foram colocados bancos, floreiras e luminárias. Também foram criados estacionamentos para bicicletas e para motos.

Figura 20 – Trecho na Rua do Príncipe onde havia um “calçadão”



Fonte: Google Maps, com anotações do autor

Na figura 20, em amarelo aparece a Rua do Príncipe e, em azul, o trecho onde havia um “calçadão” que abrigou, por cerca de duas décadas, a Feira de Artesanato.

Começam então os embates públicos que se verificam em publicações nos jornais da cidade. Após 10 anos dessa intervenção a imprensa exprime tensões e pressões para um novo investimento no local. Em 20 de janeiro de 1998, o jornal A Notícia publica um artigo sobre a Rua do Príncipe, com o título “Em algum lugar do passado”. O texto traz uma crítica à decadência do patrimônio histórico que, como define a repórter Maria Cristina Dias, são construções que remontam ao início do século e que serviram de base para a formação da cultura local e foram palco de importantes acontecimentos que marcaram o desenvolvimento político, econômico e social da região (A Notícia,1998). Nessa mesma edição, um artigo denominado bolor toma conta

das áreas centrais da cidade, relata que má conservação de ruas e prédios considerados históricos deixam cartão postal com mau aspecto. Além da menção ao projeto de revitalização que estaria em curso, a repórter Maria Cristina Dias relata a possibilidade de incentivos fiscais através do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville - IPPUJ., ainda em estudo.

O Jornal do Município publicou matéria em 17 de abril de 1998, onde é revelado que a Rua do Príncipe será revitalizada. Dezoito imóveis em arquitetura *art-nouveau*, construídos entre os anos 1920 e 1940, teriam sido mapeados pela Fundação Cultural de Joinville para fazerem parte da revitalização arquitetônica da Rua do Príncipe. Afonso Imhof, então Diretor de Patrimônio do Arquivo Histórico de Joinville, declara que o tema central do projeto seria o passado é nosso. O projeto constituiu na limpeza de peças de propaganda e recuperação de sua aparência original. Foram expostas fotos dos prédios históricos com imagens antigas e atuais, em contraste. Uma terceira imagem, de como se pretende que se tornem esses prédios, foi projetada em um painel com 2 metros de altura. (O MUNICÍPIO, 1998). O projeto tinha a pretensão de levar essas mudanças num prazo de até 10 anos.

O Jornal A Notícia de 17 de julho de 1998 traz nova reportagem com Afonso Imhof sobre a Rua do Príncipe. Imhof coloca nessa entrevista: o conceito de que um projeto de preservação patrimonial deve incluir os cidadãos, que vivem o cotidiano do espaço a ser preservado. O diretor do Arquivo Histórico denuncia a falta de uma política de preservação na cidade.

No ano 2000 é realizada revitalização na Praça Nereu Ramos, com reformas no prédio do Ipreville e em toda a praça, tendo sido investidos R\$400 mil¹¹.

Em 2004 vem a revitalização que deu origem ao episódio da expulsão da Feira de Artesanato daquela rua, que abordaremos com mais detalhes no capítulo 3. Em 20 de julho de 2009, a Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Joinville divulgou matéria sobre projeto do IPPUJ para requalificação do Centro de Joinville.

¹¹ Jornal A Notícia caderno Cidade, em 31 de março de 2000.

A matéria traz declarações que merecem destaque:

O gerente de Mobilidade Urbana da Fundação IPPUJ, arquiteto Marcel Virmond Vieira, apresentou o projeto de requalificação da área central destacando que diariamente cerca de 100 mil pessoas dirigem-se ao centro de Joinville a serviço, a lazer ou a tratamento de saúde. "Vão fazer compras e frequentar cursos, trabalhar, passear e usufruir da cidade. Das sete horas da manhã às onze horas da noite o centro tem intensa vitalidade". (SKYSCRAPERCITY, 2009, *web*)

Essa requalificação pretendia tornar a região central atrativa para que as pessoas a visitassem, como opção de lazer e compras. Essa atratividade deveria contemplar todos os públicos, com opções para o dia e para a noite. A intenção seria intensificar a vitalidade e valorizar a diversidade da cidade. Foram realizados estudos sobre áreas de maior fluxo de pessoas, áreas quentes e as de menor fluxo, áreas frias, sendo consideradas estratégias para a otimização do uso desses espaços. Corredores exclusivos para o transporte coletivo e interligação de ciclovias são parte da estratégia para melhorar a fluidez do trânsito. Percebe-se que os gestores públicos pretendiam organizar o centro, gerar novos fluxos, atrair pessoas, representar a diversidade, embelezar e, sobretudo, disciplinar o espaço. Um espaço multiuso, pensado, planejado e controlado. É o retrato do Estado gestor, conduzindo e procurando administrar tensões sociais e justificar suas ações num presumido princípio de sustentabilidade econômica.

Com o título: Rua do Príncipe, Revitalização sai até 2012, a matéria publicada pelo Jornal A Notícia em 01 de abril de 2011 revela que "o projeto de revitalização da Rua do Príncipe, previsto no projeto Desenvolvimento de Espaços Shopping a Céu Aberto, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, começa a sair do papel" (A NOTÍCIA, 2011). São previstos investimentos em infraestrutura, revitalização das lojas e melhorias na gestão e atendimento. A primeira etapa contará com melhorias na iluminação e fachadas e a segunda etapa dará conta da melhoria na gestão dos negócios. Consultores do Sebrae visitarão, segundo a reportagem, os comerciantes para uma lista de adesão. A ideia se baseia na formação de um shopping de rua.

Em 06 de fevereiro de 2012, o jornal Notícias do Dia divulgou matéria onde se anuncia o início de obras de revitalização da Rua das Palmeiras, rua que se inicia na Rua do Príncipe e com grande influência em seu aspecto visual. A reportagem relata que ocorrerá o ajardinamento e ampliação de espaços para pedestres, permitindo valorização do espaço histórico e melhorando o passeio de pedestres e turistas: a obra será bancada pela Prefeitura e deve consumir R\$ 417 mil, sem incluir o investimento em iluminação, que será aproveitada em parte (NOTÍCIAS DO DIA, 2012).

Figura 21 – Rua das Palmeiras, setembro de 2012



Acervo do autor

A fotos das figuras 21 22 e 23 foram feitas em setembro de 2012, numa segunda visita no decorrer desta pesquisa, quando o espaço havia sido recentemente entregue à população após passar por nova intervenção.

A história da Alameda Brustlein é contada em painéis instalados no caminho ao Museu de Imigração e Colonização.

Figura 22 – Alameda Brustlein, Rua das Palmeiras, painéis registram a sua história, setembro de 2012



Fonte: Acervo do autor

Figura 23 – Museu Nacional da Imigração e Colonização, setembro de 2012



Fonte: Acervo do autor

Da Rua do Príncipe, o pedestre é atraído pela exposição a caminhar pela Alameda Brustlein , num roteiro que termina no Museu Nacional de Imigração e Colonização, mostrado na figura 23. Mais do que uma faixa para pedestres, a passagem ao museu é quase um tapete formado pelo mosaico em nível elevado em relação ao arruamento, obrigando o motorista a diminuir a velocidade e convidando o pedestre a conhecer o museu.

Do cenário e da trajetória histórica das intervenções aqui empreendidas, destaca-se que as intervenções na Rua do Príncipe advêm da época da colonização, interligando a olaria à área onde se deu a construção do Palácio dos Príncipes e da posterior Rua das Palmeiras. Os usos comerciais da Rua do Príncipe estão presentes desde a sua criação e se mostram ainda atuais dando sinais de continuidade. As construções despertaram o interesse do Estado na preservação, como forma de manter uma identidade fundada na realeza e na imigração europeia, sendo depois ampliado para a atração turística e desenvolvimento de uma presumida sustentabilidade econômica e social.

Os gestores públicos interferem cada vez mais nesse espaço, determinando, através do tombamento, da criação das UIPs e da instituição do Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville o que deve ser preservado, numa tentativa de congelar um passado para usos de uma gestão que visa o futuro da cidade. Definem os espaços e suas funções, buscando ampliar o leque de opções para garantir o controle sobre o local estipulado para uso econômico e social. Tudo isso agora sob a égide da ideia de sustentabilidade. Parecem-nos claro que as intervenções ocorridas têm em comum o patrimônio, sua preservação e sua utilização para o consumo. Mas, retomando às duas intervenções que criaram e depois destruíram o calçadão na Rua do Príncipe, dedicamos o capítulo 3 ao levantamento de documentos e informações sobre o ocorrido em primeiro de março de 2004. Como foi a intervenção que destruiu o calçadão? Quais os atores sociais envolvidos? Quais as tensões em jogo?

3. LOJISTAS E ARTESÃOS: A RUA COMO PALCO E OBJETO DE DISPUTAS

Fraya Frehse nos traz a discussão sobre os usos da rua, colocando a importância de considerarmos as relações dos indivíduos com o espaço. Segundo Frehse: “a ‘Rua’ remete a passagens, becos, largos e mesmo praças fisicamente abertos, isto é, não cercados, nas cidades, e cujo acesso legal é irrestrito em qualquer horário” (2009, p. 153). Os usos da rua refletiriam, então, as relações dos indivíduos que podem ser manifestadas como passagem ou ajuntamento na rua em ritmos regulares, aleatórios ou excepcionais. Segundo Frehse, outra característica do uso da rua na contemporaneidade seria a abertura do espaço para a diversidade cultural, apresentando-se, dessa forma, como um espaço para todos, “nesses casos, a expressão subsume, por exemplo, o comércio ambulante e a mendicância” (FREHSE, 2005, p.154). Mas Frehse nos traz um componente de especial importância para a compreensão dos movimentos que nos propomos a pesquisar na Rua do Príncipe:

Às vezes “usos da rua” conotam, nas descrições, uma conjugação recorrente de comportamentos corporais e formas de sociabilidade que acaba por constituir, do ponto de vista fenomênico, aquilo que tenho chamado de atividades sociais, nesses lugares públicos (FREHSE, 2005, p. 31).

Frehse classifica, ainda, o conceito usos da rua em três principais chaves analíticas, sendo elas: a “interação”, a “função” e o “contexto”. A interação abarca os comportamentos e as relações sempre em negociação entre os indivíduos com os espaços na rua. A função seria a adequação da rua aos indivíduos que dela fazem uso, sendo aí a arquitetura uma ferramenta para a definição de suas funções. E, por fim, o contexto, referindo-se à forma em que a rua é praticada, sob as dinâmicas sociopolíticas em jogo e em processo.

Essas chaves analíticas podem ser observadas em nosso estudo. O grupo de artesãos que se forma, negociando o espaço na Rua do Príncipe no início da década de 1980, as intervenções realizadas para a prática do espaço idealizado pelos gestores urbanos e as tensões entre interesses e práticas,

nem sempre em sintonia, compõem um cenário que pode ser analisado à luz dessa teoria.

No final da década de 1960, José Afonso Moura, o “Joe”, foi o primeiro artesão a estender um pano sob a sombra de uma figueira na Rua do Príncipe para comercializar seus produtos. A figura 24 apresenta um instantâneo da Feira de Artesanato nos anos 1980, ainda quando não haviam barracas, mas mesas com artigos artesanais dispostos ao céu aberto.

Figura 24 – Rua do Príncipe, primeira Feira de Artesanato, anos 1980



Fonte: (AJART, *web*)

Diante de uma “sociedade refratária aos seus ideais hippies e estilo de vida despojado” (A NOTÍCIA, 2009), enfrentou preconceito e agressões. O movimento de ocupação do espaço alternativo de comercialização foi se ampliando, culminando na Feira de Arte e Artesanato, no início da década de 1970. Em princípio, a Feira se instalou na Casa da Cultura, sendo depois transferida para a Rua das Palmeiras e, depois, para a Praça Nereu Ramos (na Rua do Príncipe). Nesse período, cresceu e se tornou referência na região sul, atraindo artesãos e clientes de outras cidades interessados em adquirir produtos artesanais e alternativos. De um evento com frequência mensal,

passou a se estender em mais dias da semana e a ocupar toda a Praça Nereu Ramos.

Em 9 de maio de 1972, na cidade de Curitiba, PR, a Rua Quinze de Novembro, localizada no centro, é fechada para o tráfego de veículos, tornando-se então, o primeiro calçadão para pedestres no Brasil. A iniciativa, que foi seguida por outras cidades no estado do Paraná e se espalhou para outras regiões do país, foi a de revitalizar o comércio central¹².

Em 29 de abril de 1983 foi criada a Associação Joinvilense dos Artesãos - Ajart, que tinha como objetivo o fortalecimento dos artesãos através de representação institucional. Desde os primeiros movimentos, os artesãos sofreram pressões por parte dos lojistas situados na Rua do Príncipe, que se julgavam prejudicados com a presença de suas barracas. Seguindo o exemplo de Curitiba, se desenvolvia nessa época o projeto de revitalização da Rua do Príncipe prevendo a construção de um calçadão. A Ajart então se mobiliza e conquista, com o recém eleito prefeito Wittich Freitag, a promessa de ocupação desse futuro calçadão na Rua do Príncipe entre a Rua Nove de Março e a Praça Nereu Ramos, conforme apresentado no cap. 2, na figura 19. Algumas manobras foram tentadas pelos lojistas descontentes com a presença dos artesãos, para evitar que esse intento viesse a ter lugar, mas, após não poucos debates acalorados, a Feira de Artesanato conquistava aquele espaço enobrecido. As barracas montadas defronte às lojas começam então a causar tensões com os lojistas que se sentem ameaçados. Apesar dos produtos comercializados não serem os mesmos, podendo ser considerados como alternativos, os artesãos eram vistos pelos lojistas como concorrentes. Além disso, as vitrines não mais estavam livres para os olhares diretos dos transeuntes, que agora tinham em primeiro plano as barracas dos artesãos. Essas tensões se ampliaram e encontraram um cenário que pode ter contribuído para o envolvimento político da Câmara de Dirigentes Lojistas -

¹² (BRASIL SABOR, *web*).

CDL¹³, que passou a representar os interesses dos lojistas da Rua do Príncipe, articulando-se com poder público municipal, em confronto com a Ajart.

Em 01 de agosto de 2002, o Jornal A Notícia revelava a existência de um projeto de urbanização com a finalidade de transferir a Feira de Artesanato do espaço onde se encontrava para outro. Essa reportagem relatava que:

A transferência da feira de arte e artesanato para outro local, como a Praça Lauro Müller, onde está situada a biblioteca municipal, é o ponto mais polêmico do conjunto de mudanças que a Prefeitura pretende fazer no centro. Os artesãos não estariam propensos a aceitar a decisão (A NOTÍCIA, 2002).

Também nesse artigo foram mencionadas as intenções do poder público, quando o então prefeito Marco Antônio Tebaldi teria dito aos sócios da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) que um dos motivos para a retirada da feira seria a reabertura do calçadão da Rua do Príncipe (entre as ruas Nove de Março e Jerônimo Coelho) para desafogar o trânsito no terminal central, nos horários de pico. Além disso, as mudanças melhorariam também a segurança no local. Essa pressuposta segurança se daria pela passagem de veículos, pois o calçadão, sem trânsito, se tornava perigoso às noites.

O pacote de medidas teria sido resultante de uma solicitação da CDL, que ofereceu pagar parte dos custos. O projeto de abertura de uma nova via de trânsito culminou com a expulsão dos artesãos em 1º de março de 2004, envolvendo a força policial contra o grupo que resistiu sem sucesso à retirada de suas barracas do local.

A OSCIP¹⁴ Defesa Civil do Patrimônio Histórico - Defender aborda esse mesmo episódio na publicação intitulada “Artesãos de Joinville veem associação enfraquecer”. Esse texto, postado em 2 de maio de 2009 se inicia

¹³ A Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville (CDL) é uma entidade que representa as empresas do varejo perante o poder público e comunidade, com ações institucionais na área da segurança, cidadania, leis específicas, tributária, combate ao comércio ilegal, entre outras. (CDL, *web*)

¹⁴ OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, é uma forma de constituição legal de instituições sem fins lucrativos.

relatando que “há cinco anos, os artesãos de Joinville eram retirados à força do calçadão da Rua do Príncipe sem saber exatamente onde seriam recolocados” (DEFENDER, 2009, *web*). Prossegue a publicação relatando que a Feira de Artesanato fora criada em 1972 e que, à época da expulsão, os afiliados da Ajart teriam superado a casa dos 200, sendo que, no momento dessa reportagem seriam apenas 50, “boa parte da baixa ocorreu em 2004, quando a Prefeitura abriu um corredor para veículos motorizados no antigo calçadão. O episódio fez muitos desistirem do trabalho manual” (DEFENDER, 2009, *web*).

Maria Celina Ferreira, presidente da Ajart, entrevistada nessa matéria de 2009, relata que:

A gente não sabia para onde ia, mas era certo que aquele ponto era muito bom. Então, com medo de perder clientes, alguns artesãos largaram o trabalho para exercer outra profissão. [...] A feira minguou até quase cair no esquecimento. (DEFENDER, 2009, *web*)

Charles França, então estudante de jornalismo da Associação Educacional Luterana Bom Jesus – Ielusc, publicou em 11 de setembro de 2008 um texto para a disciplina de Redação Jornalística, na Revista Eletrônica Revi intitulada: “Futuro dos artesãos permanece incerto” (FRANÇA, 2008, *web*). Numa ácida crítica aos fatos ocorridos, França relata que, mesmo após quatro anos da retirada da Feira de Artesanato da Rua do Príncipe, os artesãos ainda enfrentavam incertezas com relação ao seu futuro.

A esperada e atrasada reforma da Praça Lauro Müller, onde agora trabalham, surge como uma esperança de restaurar a dignidade, danificada quando o poder público tentou, ao mesmo tempo, favorecer o comércio lojista no Centro e solapar parte da cultura da cidade. (FRANÇA, 2008)

Em tom mais emocional, são tecidos comentários e nomeados autores e intencionalidades por parte do poder público, que teria optado por melhorar o trânsito no centro da cidade em detrimento dos interesses daqueles trabalhadores, prejudicando-os com a limitação ao acesso da população à Feira de Artesanato. França então elege os artífices daquele episódio: em

2004, a Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Joinville (Conurb) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville (Ippuj) deflagraram um ataque frontal aos artesãos (FRANÇA, 2008, *web*). Declarados como como inflexíveis, a ação desses órgãos representativos que teria criado um impasse resolvido com uma ação drástica pelo poder público. Sobre a discussão acerca do destino dos artesãos, o texto revela que houve tensões que foram resolvidas por força de decisão do poder público sem ouvir os artesãos. O estudante revela ainda comentários feitos por políticos como o vereador Nelson Quirino (Partido do Movimento Democrático do Brasil - PMDB), para quem a mudança da Feira de Artesanato para a Praça Lauro Muller seria a solução para um espaço ocupado por: um antro de pessoas desocupadas (FRANÇA, 2008). Já o vereador Adilson Mariano (Partido dos Trabalhadores - PT), relata França: “sonhava com a possibilidade de criação da Casa do Artesão, na antiga sede da prefeitura”. As tensões culminaram com o confronto no dia em que a polícia decidiu removê-los.

Os artesãos negaram-se a retirar as barracas do Calçadão. Só saíram mediante coerção física. Foi precisamente o que aconteceu em março de 2004. A polícia civil montada e o Grupo de Respostas Táticas (GRT) escorraçaram os ambulantes aos berros, mas sem violência corporal. Aqueles que não desmontaram os abrigos em tempo hábil, tiveram o serviço feito pelos policiais. (FRANÇA, 2008, *web*)

França entrevistou alguns artesãos que presenciaram o incidente de retirada da feira. Na sequência, os depoimentos dos artesãos entrevistados pelo escritor: “foi doloroso. Tiraram-nos da rua como se fôssemos assassinos, ladrões, recorda Iná Graciana Moreira”. França discorre sobre o episódio, entendendo os artesãos como protagonistas de uma manifestação cultural local. Revela, a violência com que aqueles trabalhadores teriam sido removidos, de forma desrespeitosa com relação aos seus direitos, assim como as dificuldades que viriam a enfrentar no novo espaço pensado pelo Poder Público pela baixa circulação de clientes que lhe trariam sustentação financeira.

O Jornal O Vizinho relata o evento com maior dramaticidade. Em reportagem registra a presença de: manifestante ensanguentado no chão, atendido por paramédicos, policiais militares arrastando artesãos que insistiam em não deixar fazer-se cumprir a decisão da prefeitura de retirar a feira de arte e artesanato do local (O VIZINHO, 2004, *web*). Prossegue a reportagem relatando policiais “fortemente armados”, “inclusive com metralhadoras”, em apoio aos funcionários da prefeitura no desmonte das barracas e algemando e retirando pessoas que reagiam à ação: policiais algemam e retiram do local um senhor que gritava: “queremos nosso emprego” e se lançava contra a força policial; helicóptero sobrevoava o local; polícia montada avançava sobre manifestantes. O Jornal coloca o calçadão como uma: conquista da comunidade joinvilense. Sua remoção seria um desrespeito: ao Estatuto da Cidade, que exige uma consulta popular para desmanchar ou construir obras dessa natureza. A então presidente da Ajart, Maria Celina Ferreira declara em entrevista cedida ao mesmo jornal (O VIZINHO, *web*) que, apesar de informados previamente sobre sua retirada daquele local, teriam sido influenciados por militantes do Partido dos Trabalhadores – PT para resistirem. Essa declaração demonstra que a intervenção em curso teria assumido dimensões políticas partidárias.

Peninha Machado, repórter fotográfico e artesão, forneceu-nos Acervo de fotos que revelam momentos da Feira de Artesanato em seu auge e a força empregada pelos gestores públicos para a retirada violenta dos artesãos do calçadão anos mais tarde. A disponibilização do Acervo feita por Machado foi acompanhada pela narrativa sobre os momentos registrados, o que contribuiu, sobremaneira, com a análise e interpretação dos acontecimentos.

As figuras 25 e 26 mostram o movimento na Feira de Artesanato pouco antes de sua remoção.

Figura 25 – Rua do Príncipe, Feira de Artesanato, 06/12/2003



Fonte: Acervo de Machado (“Peninha”)

A Figura 25 sugere uma harmonia, mas Machado revela os constantes embates políticos para o uso do espaço pelos artesãos.

Figura 26 – Feira de Artesanato – 15/02/2004



Fonte: Acervo de Machado (“Peninha”)

A Figura 26 mostra a organização da Feira de Artesanato, o que demonstra que as barracas não se encontravam distribuídas de forma anárquica, mas seguiam-se enfileiradas. Analisando essas imagens sob a ótica de Freshse, as chaves analíticas revelam que existe uma interação que se manifesta em duas vertentes: as relações entre os artesãos e seus clientes, aparentemente harmônicas, e entre os artesãos e lojistas, conflituosa, que não se apresenta em imagens, mas nos movimentos politicamente articulados. No que tange à função, a rua é subdividida, com espaços definidos para os pedestres e feirantes, num modelo que privilegia os olhares e roteiros desses pedestres pelo meio de um corredor ladeado por barracas. As lojas encontram-se nesse mesmo circuito, mas nos pontos externos e extremos desse corredor, num segundo plano. A arquitetura original, que previa o aumento no fluxo de pessoas para a revitalização do comércio do centro, é manipulada pelos feirantes, que colocam sua arquitetura móvel e sazonal, representada por suas barracas, forçando, assim, a adequação da rua aos seus interesses comerciais. O contexto é verificado pela presença de pedestres interessados no espaço e

em suas ofertas e pelo ordenamento das barracas que seguiam orientações definidas pelo poder público.

A partir da figura 27, podemos analisar os eventos ocorridos no dia da expulsão dos artesãos, contando também com a contribuição de Machado, que relatou-nos suas experiências vividas naquele dia.

Figura 27 – Expulsão dos artesãos, 01/03/2004



Fonte: Acervo de Machado (“Peninha”)

A figura 27 traz a imagem do início da ação de remoção dos artesãos da Rua do Príncipe. Percebe-se a cavalaria, policiais postados no limite do calçadão e populares curiosos com os acontecimentos que estariam por se desenrolar.

A figura 28 mostra a resistência dos artesãos e sugere uma desproporção entre as forças em jogo: de um lado uma feirante e, em torno

dela, diversos policiais armados, enquanto sua tenda é desmanchada por funcionário da prefeitura.

Figura 28 – Retirada, pela Polícia, de artesã de sua barraca, 01/03/2004



Fonte: Acervo de Machado ("Peninha")

A figura 29 mostra um agente municipal desmontando a barraca de um artesão com a frase escrita na camiseta: "GOVERNO SOCIAL TRABALHANDO EM TODOS OS BAIRROS", numa demonstração irônica de contradição entre discursos e práticas.

Figura 29 – agentes municipais desmontam barracas, 01/03/2004



Fonte: Acervo de Machado (“Peninha”)

A figura 30 mostra uma vítima sendo atendida por paramédicos, após ação de policiais. Esse fato nos remete a deduzir que os autores dessa ação estavam prevendo conflitos com resultados que justificaram a presença desses paramédicos. Para Machado os artesãos eram, em sua maioria, pessoas de meia idade e mulheres, que não ofereceriam resistência que justificasse uma ação com o verificado aparelhamento ostensivo.



Fonte: Acervo de Machado (“Peninha”)

Machado registra o momento da prisão de um artesão, o que sugere que, apesar da desproporcionalidade das forças entre os agentes do poder público e os artesãos, a retirada não foi realizada sem que houvesse reações.

Figura 31 – Prisão de artesão – 01/03/2004.



Fonte: Acervo de Machado (“Peninha”)

Machado nos revelou que em certo momento, diante da incapacidade de reação face às forças policiais presentes, os artesãos reúnem-se numa oração em torno de suas barracas, como demonstra a figura 32.

Figura 32 – Artesãos reúnem-se em oração – 01/03/2004.



Fonte: Acervo de Machado ("Peninha")

Na figura 33, Machado flagra um policial submetendo um cidadão que participava, segundo seu relato, de uma manifestação de resistência.

Figura 33 – Cidadão é agarrado pelo pescoço por policial, 01/03/2004.



Fonte: Acervo de Machado (“Peninha”)

Após a retirada dos artesãos e suas barracas, uma máquina escavadeira começa a destruir o calçamento, efetivando a ação de forma irreversível.

A figura 34 revela mais um momento de resistência, quando uma artesã se coloca defronte à escavadeira.

Figura 34 – Escavadeira começa trabalho de destruição do calçadão – 01/03/2004.



Fonte: Acervo de Machado ("Peninha")

A destruição do calçadão é assistida com desespero pelos artesãos, mas a escavadeira prossegue em sua missão.

Figura 35 – Escavadeira destrói calçada, protegida por policiais – 01/03/2004.



Fonte: Acervo de Machado (“Peninha”)

Foto 36 – Calçada totalmente destruído, 01/03/2004.



Fonte: Acervo de Machado (“Peninha”)

O calçada é inteiramente destruído, enquanto os artesãos se organizam em protesto numa caminhada até a prefeitura, conforme registrado na figura 37.

Figura 37 – Protesto dos artesãos diante da prefeitura – 01/03/2004.



Fonte: Acervo de Machado (“Peninha”)

Na figura 37, a imagem registra o protesto contra o então governador Luiz Henrique da Silveira. Luiz Henrique teria sido responsabilizado pela ação, ou omissão, na ação que se desferiu contra os artesãos, grupo que havia participado ativamente da campanha para sua eleição para governo do estado de Santa Catarina. As camisetas utilizadas na campanha foram então pisadas diante da prefeitura.

Relatou-nos Machado que apesar do protesto, as barracas foram levadas pelos agentes municipais e a sua recuperação por parte dos artesãos

foi de difícil negociação. O destino do novo espaço para a Feira de Artesanato foi definido após reuniões que se estenderam por três meses. Transferidos para a Praça Lauro Muller, os artesãos enfrentariam novos problemas, pois consideravam o caminho a ser feito pelos clientes desconfortável, com um piso pedregoso, dificultando o acesso de mulheres com saltos altos e carrinhos de bebê, condição que se agrava pelo fato de alguns desses artesãos (5 barracas) oferecerem produtos justamente para esse público, ou seja, para recém-nascidos.

Árvores frutíferas também são apontadas pelos artesãos como problemáticas, por produzirem um fruto que, ao cair ao solo, causam danos às barracas e riscos aos pedestres. No novo local se sentiram na necessidade de contratar um vigia, o que aumentou os custos de manutenção de suas atividades.

Em reportagem veiculada no Jornal O Vizinho, o fotógrafo Peninha Machado, morador do centro e então presidente de honra da Ajart declara que: aproximadamente 100 famílias de artesãos estão sem renda em Joinville, desde o dia 1º de março (O VIZINHO, 2004, *web*). Na referida reportagem, Peninha pede apoio da população com doações de alimentos para essas famílias.

A mudança da Feira de Artesanato para a Praça Lauro Muller teria sido patrocinada pelo poder público, investindo no pagamento de R\$10 mil para os artesãos cadastrados e, em 2007, mais R\$25 mil para substituição dos equipamentos. Em 2011a Feira de Artesanato perdeu sua importância e abrangência, como mostra a reportagem veiculada pelo periódico Gazeta de Joinville em 22 de fevereiro daquele ano, assinada pelo repórter Renato Cesar Ribeiro:

A outrora pujante feira livre de Joinville atualmente conta com poucas barracas. Já enfraquecida diante dos problemas dos últimos anos, especialmente quando foi retirada do calçadão da Rua do Príncipe e foi parar na Praça Lauro Müller, a feira contava com apenas seis vendedores na tarde dessa segunda-feira, 21 de fevereiro de 2011. (GAZETA DE JOINVILLE, 2011, *web*).

A reportagem mostra o impacto sobre o movimento e a consequente redução de artesãos na Feira de Artesanato, resultante da mudança de localização.

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville – CDL publicou uma matéria em seu site, no ano de 2004, revelando os benefícios com a revitalização da área central, onde havia o calçadão e a Feira de Artesanato. Seriam os propósitos do denominado Projeto de Revitalização da Área Central concebido pela Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville - Ippuj, “a humanização do espaço urbano com prioridade para o pedestre” (essa declaração contrasta com o que se levantou em nossa pesquisa, uma vez que o calçadão foi destruído), a preservação do patrimônio histórico, o estímulo ao turismo, o desenvolvimento das atividades comercial, cultural e econômica da Zona Central, a conscientização da população sobre a importância de manter suas calçadas em boas condições (como forma de garantir, além da beleza, segurança para o pedestre), a padronização dos passeios e, por fim, a valorização dos imóveis do local. Um depoimento reforça os aspectos ditos positivos da revitalização. Gilson Bohn, presidente da CDL, alega que a retirada das barracas trouxe “resultados positivos para os lojistas [...] aos poucos o joinvilense volta a sentir prazer em caminhar pelo centro da cidade e o comerciante da região já sente reflexos positivos no movimento, afirma” (INFORMATIVO CDL, 2007, *web*).

Outros lojistas se manifestam:

A revitalização deixou a rua linda e atrai mais gente. Temos a certeza que um dos fatores determinantes para o aumento das vendas foi a revitalização. Antes, as barracas dos artesãos ficavam em frente, e nossa loja ficava muito escondida. Quem passava do outro lado da rua, nem via. Francisca Marlene Pinheiro Estevão Proprietária da Loja Fortaleza (INFORMATIVO CDL, 2007, *web*).

Prossegue a publicação, num posicionamento sobre os ambulantes, alertando para a necessidade de intensificação da fiscalização da prefeitura para colocarem em locais apropriados, muitos ambulantes que ainda são vistos nas esquinas da Rua do Príncipe.

Percebemos nesse episódio que os artesãos se organizaram pela conquista de um espaço, através da criação da Ajart, e os lojistas, de igual maneira, se organizaram através da CDL e retiraram os artesãos da Rua do Príncipe 20 anos após. A Ajart se enfraqueceu, perdendo associados. Os artesãos passaram a assumir custos de manutenção no novo espaço. Na reportagem para o Jornal A Notícia em 12 de setembro de 2009, Joe, o primeiro *hippie* a montar uma mesa para comercializar seu artesanato na Rua do Príncipe relata que, apesar de ter sido um dos fundadores da Ajart, não mais é membro daquela associação, justificando-se:

Todo grupo que você organiza no começo é uma maravilha, depois aparecem os problemas, porque cada um pensa de forma diferente. Por isso, não acredito em entidades (A NOTÍCIA, 2009).

Pode-se compreender sua posição atual em função dos acontecimentos verificados desde o ano de 2004. Questões emergem da interpretação dos acontecimentos tratados no capítulo anterior como as tensões entre grupos de interesse, a ingerência dos gestores públicos, sob influência de grupos organizados e, principalmente, a negação dos direitos sobre o espaço urbano em nome de uma presumida melhoria de qualidade de vida. Não se registram consultas públicas sobre as ações realizadas pela Prefeitura e as argumentações baseiam-se nas necessidades de preservação do patrimônio histórico, voltado agora à atratividade para o turismo, melhoria na mobilidade de pedestres e veículos, embelezamento da área central, valorização dos imóveis e expansão das atividades comerciais. Ou seja, a noção de patrimônio cultural é expandida por interesses múltiplos e contraditórios, bem como por disputas que produzem e potencializam desigualdades sociais inscritas no próprio espaço. Falta ainda nessa lógica paradoxal de boas intenções a avaliação sobre dois aspectos: os interesses dos cidadãos joinvilenses, que, ainda sem vínculos explícitos com movimentos organizados, usam e praticam

na cotidianidade da vida urbana o espaço que se pretende público e os reais benefícios e beneficiários do que se convencionou denominar patrimônio cultural sustentável. Segundo Ignacy Sachs, o conceito de sustentabilidade se apresenta em oito dimensões, conforme detalhado no quadro 3.

Quadro 3 – Critérios de Sustentabilidade segundo Sachs

Critério	Características
1 Social	Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
2 Cultural	Mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
3 Ecológico	Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não-renováveis.
4 Ambiental	Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
5 Territorial	Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
6 Econômico	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.
7 Político Nacional	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.
8 Político Internacional	Promoção da cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade; controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural) e gestão do patrimônio global como heranças comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de <i>commodity</i> da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: (SACHS, 2009, *web*)

Na dimensão social, Sachs prevê homogeneidade social, o que equivale a dizer que, num projeto urbano que se pretende sustentável, a qualidade de vida e o emprego ou o trabalho autônomo pleno, devem ser parte integrante de sua estratégia.

Quando se verifica em 2004 a retirada, à força, da Feira de Artesanato da Rua do Príncipe, presume-se que não houve a preocupação com a sustentabilidade em todas as suas dimensões, sobretudo na dimensão social. Nessa dimensão (social), Sachs prevê o que conceitua como homogeneidade social, que seria a distribuição justa e igualitária de renda. Aqueles artesãos sobreviviam naquele espaço em função de sua atividade empreendedora e uma visão que se baseasse numa homogeneidade seria certamente inclusiva, inversamente compreendida na forma como ocorreu. A retirada dos artesãos interrompeu abruptamente suas fontes de renda e, portanto, comprometeu seriamente a sobrevivência daquela parcela da população.

Na dimensão cultural, novamente esbarramos em outro aspecto desconsiderado, pois não se verificou o senso de equilíbrio entre o respeito à tradição e à inovação. O novo desenho da rua, abrindo espaço para o trânsito de veículos, atropelou suas interações e funções a partir de um contexto cuja estratégia era nominada como sustentável. Tampouco se pensou em aspectos ecológicos, pois retirar um calçadão para a passagem de veículos é ação contrária à sustentabilidade sob o aspecto do meio ambiente e qualidade de vida.

A retirada dos artesãos em 2004 foi, de fato, um movimento desestruturante, que atingiu parte da população que se utilizava daquele espaço para sobreviver, ainda que amenizada pelo reconhecimento de sua existência no contexto social, uma vez que foi pensado um espaço alternativo, no perímetro central da cidade. Nesse novo espaço, foram impostas regras para a sua permanência. Hoje as barracas são padronizadas, ornando com a paisagem central de estética uniforme e planejada.

Jeudy afirma que “a estética não é fruto de uma reivindicação social ou cultural. O reconhecimento de suas manifestações concretas envolve o observador, suas maneiras de ver e interpretar” (JEUDY, 2005, p. 138). Essa noção de estética praticada pelos gestores públicos baseia-se em um posicionamento político estratégico, com finalidade de governança baseada na captação de investimentos. Dessa maneira, pode ser idealizada por grupos de investidores, que direcionarão as intervenções para seus objetivos particulares

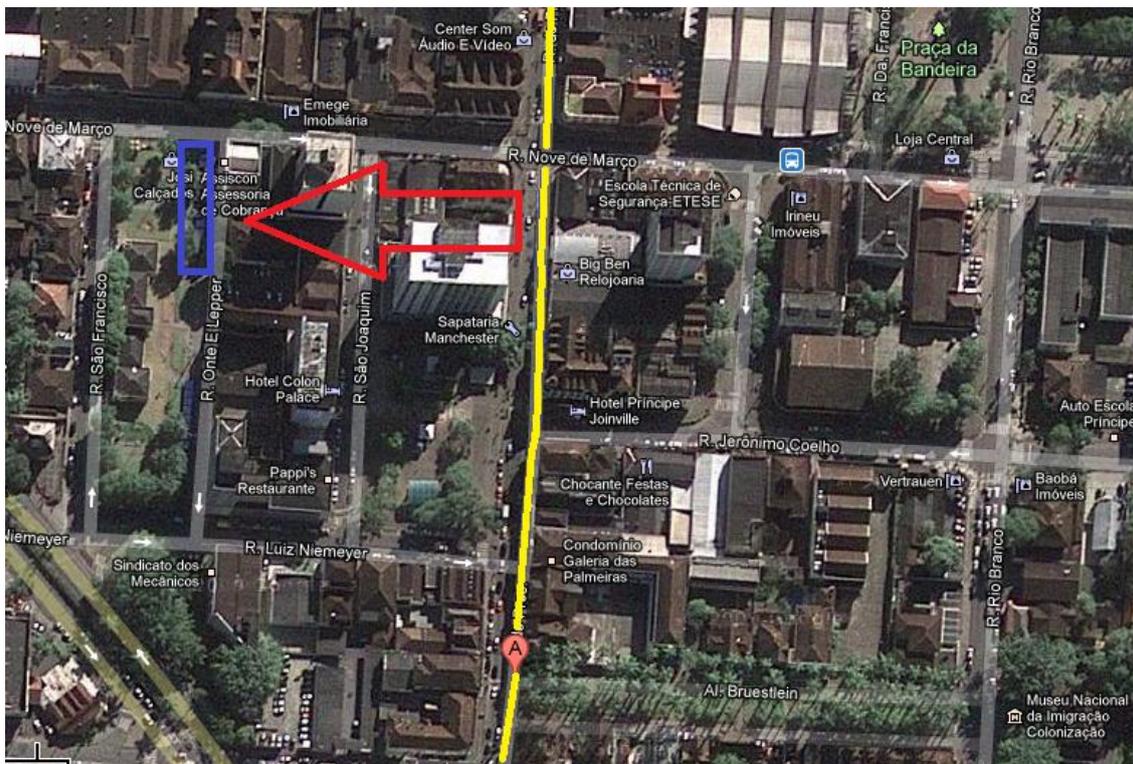
e específicos. A Feira de Artesanato que, para muitos pode representar uma manifestação de cultura popular com estética própria, para o gestor público pode representar uma barreira, uma desordem, uma invasão de um espaço pensado para outros usos.

As antigas barracas dos artesãos se amontoavam na Rua do Príncipe, ocupando espaços previstos e imprevistos: não se limitavam ao calçadão construído para essa finalidade, mas estendiam-se por toda a rua e oferecendo, para alguns, um cenário de caos estético. A estética reconcebida pelo poder público no curso de todo esse processo vai se chocando cada vez mais com a forma de apropriação do espaço movida pelos artesãos. Diz Jeudy que: a função cidadã da arte ou de arquitetura tornou-se o imperativo de um moralismo estético que quer se passar por engajamento político (JEUDY, 2005, p. 153).

O gestor público retirou os artesãos da rua, mas investiu em um novo espaço, idealizado esteticamente, dentro de um pensamento estratégico de distribuição espacial urbana, com o discurso da inclusão social, do protagonismo, da sustentabilidade e da manutenção da cultura local.

A figura 38 mostra a mudança realizada no mapa da cidade.

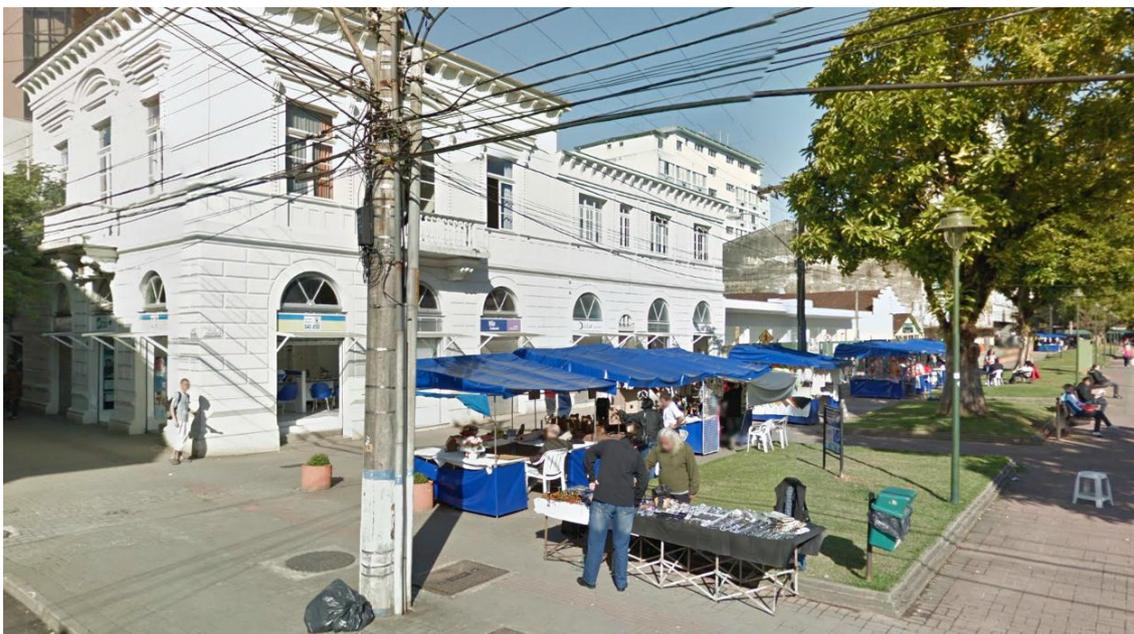
Figura 38 – Feira de Artesanato, demonstração do seu deslocamento em 2004.



Fonte: imagem do Google Maps com anotações incluídas pelo autor.

Na figura 38, em amarelo é representada a Rua do Príncipe com o trânsito liberado entre as ruas Nove de Março e Jerônimo Coelho e, em azul, o novo local destinado aos artesãos – a seta em vermelho indica o sentido do deslocamento. A praça Lauro Muller passa a ser o novo local para a Feira de Artesanato, local que abriga, também, a Biblioteca Pública. Na Figura 39, podemos ver o local onde hoje ocupa a Feira de Artesanato. O local também foi objeto de revitalização, ganhando novo piso e vasos que contribuem com a delimitação do espaço a ser ocupado.

Figura 39 – Feira de Artesanato em novo espaço - 2012.



Fonte: imagem do Google Maps

Para Certeau, espaço é um lugar praticado (CERTEAU, 1994, p. 199 – 217). Um espaço existe em função de suas vivências. O lugar praticado, na visão de Certeau, seria uma apropriação e, assim sendo, o espaço a ser controlado não pode ser pensado para mais de um tipo de uso: assim, um ponto de ônibus não pode ser utilizado para outro fim e, caso isso ocorra, isso seria tido como “transgressão”. Os artesãos, mesmo instituindo um lugar, inclusive obtendo reconhecimento do poder público na primeira intervenção o fizeram na dimensão tática. A segunda intervenção, entretanto, faz do lugar estrategicamente um espaço. Esse espaço passa a adquirir então uma finalidade e sua utilização determinada. Seria então a presença dos artesãos na Rua do Príncipe, na visão de Certeau, uma transgressão? Isso poderia então explicar a sua remoção para outro espaço, dentro de um planejamento urbano com intenções definidas, sem relação com os objetivos daquele grupo de artesãos que se distribuíam caoticamente naquela rua, considerada Cartão Postal de Joinville. A atribuição de cartão postal à rua coloca a necessidade de interpretar as tipologias de intervenções urbanas, os seus vínculos com a proteção do patrimônio cultural e, principalmente, os novos projetos de cidade que estão em jogo.

4. INTERVENÇÕES URBANAS: CONCEITOS EM MOVIMENTO

Em pesquisa à literatura sobre formas de intervenção urbana, percorremos diversas fontes as quais exploraremos com a intenção de esclarecimento para essa questão da destruição do calçadão e da violenta retirada dos artesãos em 2004. Recorremos à Carta de Lisboa, datada de outubro de 1995, que traz definições sobre as diversas formas de intervenção urbana.

No quadro 4, encontram-se os conceitos de intervenção identificados e suas fundamentações.

Quadro 4 – Modalidades de Intervenções Urbanas

Reabilitação Urbana	[...] gestão urbana que procura requalificar a cidade [...] intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; [...] reabilitação e instalação de equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade [...].
Renovação Urbana	demolição de estruturas para substituição de um novo padrão urbano contemporâneo
Revitalização Urbana	agir numa área degradada com fins económicos de sustentabilidade local
Requalificação Urbana	Investimento no espaço habitado
Diradamento, curetagem	destruição de construções parasitas estabelecidas nos espaços internos, pátios e jardins antigos, que contribuem muito à degradação do conjunto urbano e de suas condições de habitabilidade.
Reordenamento	Redistribuição de elementos construtivos e equipamentos de um quarteirão, de um bairro, de uma cidade, que visa um uso mais satisfatório
Gentrificação	apropriação das camadas afluentes e do capital privado do espaço público, "requalificando" concertadamente com outros atores, inclusive o poder público, e criando uma situação de exclusão e especulação, convertendo espaços privilegiados remanescentes degradados em espaços de consumo de uma classe social ascendente.

(SIRCHAL, web)

Voltamos então ao ocorrido na Rua do Príncipe na tentativa de entender teoricamente a intervenção realizada em 2004, cuja justificativa de maior relevância se assentava na abertura da rua para o trânsito. Entretanto, não é nossa intenção enquadrar tal intervenção numa ou noutra modalidade conceitual, mas pensar em uma intervenção passível de múltiplas

classificações dada a complexidade de suas intenções práticas e simbólicas. Na Rua do Príncipe as intervenções urbanas ocorrem há mais tempo e o episódio de 1º de março de 2004 foi uma das suas facetas. Entender o que ocorreu nos obriga a conhecer mais sobre essa história e as intencionalidades que a mobilizaram. As abordagens levantadas se inserem no contexto das intervenções ocorridas e em curso na Rua do Príncipe, mas não encerram a narração dentro de um contexto fechado. Seriam essas ações articuladas mais abrangentes que nos sugerem uma imbricação de conceitos.

É verdade que as descrições elaboradas para as diversas modalidades de intervenção urbana se construíram pela observação dos fatos históricos que se desenrolaram em muitos lugares do planeta, mas nos parece igualmente verdadeiro ponderar que são os fatos que geram teorizações e não o contrário. Existe um desconforto quando tentamos colocar um nome, classificar ou mesmo encontrar uma definição que se enquadre nesse momento histórico, o que cremos se tratar de uma prova de que os fatos e movimentos sociais são tão fluidos como a ciência contemporânea e que talvez estejamos diante da necessidade de repensarmos conceitos e teorias. Se tentarmos enquadrar o fato ocorrido em 2004 em algumas das classificações apontadas o quadro 4, esbarraremos nos conceitos, sem que alcancemos uma definição apropriada.

O professor de Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Paulo Peixoto faz um balanço dos termos articulados aos processos de intervenção urbana na contemporaneidade. Sobre a noção de Reabilitação Urbana, Peixoto explica que se tratam de “ações orientadas que visam restituir a uma cidade ou a um conjunto de edificações qualidades presumidamente perdidas como também sua capacidade para desempenhar uma função social” (PEIXOTO, 2009, p. 41). Segundo Peixoto, a reabilitação urbana atinge o edificado, sobretudo o que tem a ver com a função residencial, enquanto a requalificação dirige-se ao seu entorno e ao espaço público, ou, às operações urbanas de larga escala, à recomendação funcional de um dado espaço. Se pensarmos em Reabilitação Urbana, portanto, temos no investimento em equipamentos e infraestrutura uma boa pista, mas não encontramos ações voltadas à melhoria de uma população residente, até

porque na Rua do Príncipe não percebemos moradores, mas lojistas além de uma parcela importante de artesãos que foram expulsos com a intervenção.

A Renovação Urbana refere-se a transformações de elementos e alterações de estilo de uma área. Visa deste modo, a substituição sistemática de elementos antigos por elementos novos. O foco é sobre “uma realidade urbana degradada a qual não é reconhecido o valor patrimonial e arquitetônico, afastando-se neste aspecto da ideia de reabilitação. O resultado é o direcionamento para a demolição dos prédios degradados e substituição por novas construções”. (PEIXOTO, 2009, p. 45). Não se trata, portanto, de uma Renovação Urbana, a intervenção em 2004. Ao contrário, o padrão estético histórico é mantido, pois é importante para o gestor a manutenção do registro histórico idealizado.

A Revitalização Urbana não se encaixa, pois a Rua do Príncipe não traz sinais de degradação – o que parece ocorrer é uma tendência à desfiguração das fachadas históricas por parte do comércio, fato que entra em choque com os objetivos dos gestores públicos, o que resulta em leis de proteção e tombamentos.

Segundo Peixoto, a requalificação tem suas bases nos seguintes cenários:

- A expulsão das indústrias do centro para as margens das cidades.
- A tendência para a *pluricentralidade*, levando a perda da vitalidade dos antigos centros urbanos.
- A produção de novos centros e de novas margens, num movimento centrífugo.
- A implantação de um mercado urbano voltado para o lazer, baseado na política de desenvolvimento do espaço público do consumo visual.
- A concorrência estabelecida entre as cidades, que lutam para trazer a economia do turismo através de conceitos de diferenciação e identificação das cidades.

A requalificação urbana, portanto, “corresponde a uma prática de planificação ou de proteção urbanística de equipamentos e de infraestruturas expostos a degradação e a obsolescência funcional”. (PEIXOTO, 2009, p. 41).

A Requalificação Urbana se destina a espaços habitados e a Rua do Príncipe tem vocação comercial, o que destoava dessa classificação, muito embora se aproxime mais dos discursos em jogo. O *diradamento*¹⁵, não se encaixa, mas nos faz pensar se a destruição do calçadão e remoção dos artesãos não poderia ser visto como uma forma de eliminação de “construções parasitas”. O reordenamento traz o conceito que se assemelha muito à visão empresarial e definição de espaços e usos por parte do novo modelo de gestão contemporâneo, mas não explica completamente os fatos ocorridos. Finalmente, a Gentrificação mais uma vez não explica o ocorrido, mas pode trazer semelhanças quando se pensa que os artesãos foram levados para um novo local, empurrados para uma área mais distante do centro, muito embora não fossem os moradores da rua.

Então, quais seriam as premissas básicas que poderiam nos explicar as diferentes formas de ação no meio urbano, e, em especial, no caso da Rua do Príncipe em 2004?

No cenário das atuais políticas urbanas, afirma Teixeira:

Cultura e poder, na concepção das ciências sociais, são dois pilares de organização das sociedades e dos processos que nela ocorrem, dois ingredientes básicos de relacionamento humano, duas dimensões de todas as relações sociais. (TEIXEIRA, 2009, p. 171 a 172).

Cultura no ideal de proteção do patrimônio edificado, mas uma cultura idealizada em bases de poder e espetacularização?

Ainda, nas palavras de Teixeira “falar de políticas culturais públicas é falar de condições de liberdade e de cidadania em sociedades democráticas” (TEIXEIRA, 2009, p. 172). Então, os meios e processos utilizados deveriam contemplar o envolvimento e os objetivos de todos os que se beneficiavam e interagiam daquele espaço. Os relatos, entretanto, demonstraram que os

¹⁵ Palavra de origem italiana, *diradamento* significa, em sua tradução para o português, desbaste, desbastamento, raleadura, raleamento, espaçamento, rarefação. (INFOPEDEIA, web).

artesãos não foram ouvidos, ao contrário, resistiram e somente foram retirados do espaço da antiga Feira de Artesanato com a presença da polícia.

Eva Vicente traz-nos o tema da mudança de visão de “patrimônio” nos diversos momentos históricos, passando de “reliquias”, depositadas nos museus e com acesso dirigido a uma minoria, para a visão de mercadoria de consumo, que pode catalisar o desenvolvimento econômico e social. (VICENTE, 2009, p. 225 a 233). Assim, o patrimônio cultural, além de seus valores estéticos, artísticos e históricos, passa a ser também uma possibilidade para geração de riqueza e renda. Ainda nessa visão, a conservação e preservação seriam importantes para uso continuado pelas gerações futuras. Vicente alerta, porém, que não existe nesse mercado cultural, oferta de patrimônios culturais, mas um estoque de construções que não podem ser reproduzidas a partir de gostos e significados de sua época de origem e, portanto, trata-se de um estoque limitado e localizado. Advém daí, segundo Vicente, a necessidade contemporânea de ser transformado para que possa atender às necessidades de usos de nossa sociedade no presente.

A iniciativa de intervenção urbana de 2004 é diferente daquela de 1986 e decorreu de uma nova lógica de cidade que buscou entrelaçar demandas convergentes e que resultaram num acirramento de desigualdades sociais. A preocupação em manter vivos elementos do passado e a melhoria da mobilidade de pedestres e de motoristas fundamentou o argumento de sustentabilidade urbana para a operação, ainda que tal sustentabilidade se restringisse, de fato, à economia de mercado, em especial ao fomento do turismo e do comércio formal. Isso justificaria a expulsão dos artesãos, parcela da população que utilizava o espaço que se tornou, repentinamente, do interesse do poder público, colocando-os como barreira indesejada e a ser superada.

Gagliardi coloca essa questão, quando relata que:

a sensibilização para a percepção de si mesmos na produção da cidade, a partir daqueles que a habitam, nem sempre precede o “aproveitamento turístico”, dá-se pouca atenção à dimensão simbólica do patrimônio histórico e isso invariavelmente cria identidades cristalizadas, dando força à caracterização de habitantes e cidades como mercadorias. (GAGLIARDI, 2009, p. 259)

Políticas urbanas são desenvolvidas com interesse econômico para captação de turistas, que alimentarão a indústria cultural e a indústria imobiliária, sob o manto de um pressuposto desenvolvimento social.

Na pesquisa sobre os depoimentos registrados dos gestores públicos, através dos diversos momentos de discussão sobre a Rua do Príncipe, relacionamos, partindo do momento presente ao passado, aqueles que consideramos importantes para a construção de cenários. No site da Prefeitura Municipal de Joinville, encontramos uma publicação sobre a vistoria feita pelo prefeito Carlito Merss às obras de requalificação em andamento na Alameda Brustlein, em 03 de abril de 2012. A publicação classifica o local como considerado o principal cartão postal da cidade.

Segue a publicação:

O prefeito de Joinville, Carlito Merss, dedicou parte da manhã desta terça-feira (3/4) para visitar a obra de requalificação da rua das Palmeiras -considerado o principal cartão postal de cidade. "Nós já recebemos muitas críticas, mas essa obra é um desejo da comunidade", declarou Carlito. A rua das Palmeiras, oficialmente alameda Brustlein, passa por um processo de revitalização em projeto desenvolvido pela Fundação Cultural e pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville (Ippuj). O projeto foi submetido e aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). As obras são realizadas pela Companhia de Desenvolvimento e Urbanização (Conurb), Secretarias de Infraestrutura Urbana e Regional Centro. (BLOG PasseiAki.com,2012, *web*)

Articulam-se interesses econômicos e estéticos. Ao ser enquadrado como cartão postal, o contexto da rua volta-se, quer para o fomento do turismo e dos negócios imobiliários, quer para referenciar o passado, a identidade e a memória dos joinvilenses.

Encontramos também em publicação veiculada pelo Informativo da Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville (CDL) onde se anuncia em 2007, o início do Programa “Caminhar Seguro”, que tinha como finalidade a “revitalização” de todas as calçadas do centro de Joinville. A CDL, segundo essa publicação, reivindicava essas obras desde 2004, quando da revitalização da Rua do Príncipe. O então presidente da CDL, José Manoel Ramos, declara que essa revitalização: é uma benfeitoria que vai valorizar os imóveis e o ponto comercial. O centro passa a ser mais atrativo para o joinvilense e para os turistas. Mais uma vez aqui devemos considerar que não se trata de uma área degradada e nem foram consideradas as questões sociais envolvidas, o que destoa da definição de requalificação urbana,

Já em 07/07/1998, o Jornal A Notícia trazia reportagem intitulada: Rua do Príncipe Reconta sua História, a repórter Marise Groth entrevista o então diretor do Arquivo Histórico, Afonso Imhof:

quando as gerações perdem o significado dos seus centros históricos perdem também a identificação cultural e acabam ficando com a qualidade de vida depreciada. Ou seja, perde-se o compromisso social com o lugar em que se vive e as pessoas acabam descontextualizadas, viram meros usuários da rua e revivem costumes sem razão. (A NOTÍCIA, 1998)

Assegura Imhof que: a rua do Príncipe é o cartão e o coração da cidade. Declara que a atualidade apresenta um desafio aos cidadãos: resgatar um passado e transformar a Rua do Príncipe novamente em um local de convivência de todas as famílias. Procuraremos reviver ambientes atualizando circunstâncias e definindo novas finalidades. (A NOTÍCIA, 1998).

Em “Para além da pedra e cal”, Fonseca retrata o modelo brasileiro que identifica o patrimônio cultural nacional ligado a seletivas matrizes culturais de origem europeia. Fonseca defende que, além dos critérios técnicos, também se deve considerar os políticos: “visto que a ‘representatividade’ dos bens, em termos de diversidade cultural do país, é essencial para que a função de patrimônio realize-se, no sentido de que os diferentes grupos sociais possam se reconhecer nesse repertório” (FONSECA, 2003, p.65).

Como se percebe nas diversas publicações expostas, com datas que revelam diferentes épocas e gestões, a Rua do Príncipe é considerada cartão postal da cidade e as intervenções são defendidas como forma de suscitar sentimentos de pertencimento à população local, aliados a estratégias econômicas. Os espaços são então revalorizados, tendo como intenção a atração turística, limitando o acesso público à segmentação dos espaços aos seus novos usos e funções. Esse pensamento pode explicar as atividades de intervenção da Rua do Príncipe, que corresponderiam a uma representação dos poderes e interesses em jogo, buscando atribuir valores ao edificado, delimitar lugares, definir usos e disciplinar as funções. A expulsão dos artesãos em 2004 é nesta perspectiva fragmento desse jogo “cultura e poder” que coloca os sentidos do patrimônio cultural no centro das disputas políticas e sociais. Complementando, recorreremos a Jovanka Baracuchy Cavalcanti Scocuglia em seu artigo “Sociabilidades e usos contemporâneos do patrimônio cultural”:

Nas duas últimas décadas do século XX, em várias cidades do mundo, foram desencadeados processos de “revitalização” [...] de áreas urbanas degradadas promovendo reutilizações do patrimônio cultural, bem como dos recursos ambientais e paisagísticos. [...] são processos que procuram atrair novos usos dos espaços na tentativa de viabilizar o sistema econômico utilizando como recurso o dinamismo cultural e turístico destes sítios históricos. [...] Expressam, assim, um dilema central da cultura contemporânea entre preservar e consumir e, além disto, seus aspectos excludentes vêm encontrando resistência organizada da sociedade civil, em fóruns e associações não-governamentais. (SCOCUGLIA, 2004, *web*)

Muitas das ações realizadas em 2004 na Rua do Príncipe parecem se encaixar nesse texto, incluindo a manifestação popular de resistência, por parte dos artesãos. Entretanto, essa resistência é vencida pelas ações desenroladas pelo poder público, que estabelece novo local para a Feira de Artesanato. A Rua do Príncipe é aberta ao trânsito, o processo de tombamento e de intervenções continua a ocorrer na busca de sedimentar uma história e uma referência cultural, se bem que agora explicitamente comprometida com os negócios e com o consumo. Sustentabilidade, mas não para todos.

Mas ainda nos vem a questão das paradoxais intervenções ocorridas na Rua do Príncipe, pois os discursos não se mostram coerentes com as ações que definiram usos antagônicos em dois momentos históricos separados por apenas duas décadas. As definições que vimos neste capítulo não explicam o ocorrido e demonstram que as teorias que se desenvolveram até aqui sobre modelos de intervenções não são suficientes para apontarmos um modelo. No capítulo 5, estudaremos uma nova abordagem teórica que se nos mostrou atraente: a **inflexão**.

5. INFLEXÕES NA GESTÃO URBANA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ultramari e Rezende¹⁶ descrevem o fenômeno da instabilidade nas ações governamentais brasileiras nas décadas de 1970 a 2000, ressaltando uma:

alternância de instrumentos e entendimentos que se observa ao longo das décadas relativamente à gestão urbana brasileira, ora valorizando ora relegando prioridades e agentes executores do processo de construção da cidade. Um fenômeno que surpreende pela constante revalorização de problemas, soluções e prioridades necessárias; que temporalmente inverte os papéis da teoria e da prática; que não permite o sonho de a teoria encapsular a realidade. (ULTRAMARI E REZENDE, 2006, *web*)

Mais tarde, Ultramari e Duarte (2009) descrevem o fenômeno das “inflexões urbanas”, que se traduziriam como fatos históricos relevantes que tentam colocar a cidade no cenário global, alguns bem e outros mal sucedidos, situação que pode explicar as ações aparentemente contraditórias ocorridas na Rua do Príncipe. Recorremos à definição etimológica da palavra inflexão, pois nos parece esclarecer os movimentos que se apresentaram nas intervenções urbanas que envolveram a Feira de Artesanato. A palavra “Inflexão” quando pesquisada no dicionário¹⁷, significa “ação ou efeito de dobrar, curvar, inclinar”.

Seriam fenômenos de inflexão urbana as alterações ocorridas em estruturas físicas nas cidades em curtos espaços de tempo, e que se diferem das mudanças que se observam em períodos mais longos.

¹⁶ Clovis Ultramari I, *; Denis Alcides Rezende II

I Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano pela UFPR. Professor do PPGTU/PUCPR, Curitiba/PR, Brasil

II Doutor em Gestão da Tecnologia da Informação pela UFSC. Professor do PPGTU/PUCPR e da FAE Business School, Curitiba/PR, Brasil

¹⁷ (AURÉLIO, *web*)

Ultramar e Resende afirmam ainda que:

Metodologias e instrumentos diversos têm sido utilizados como forma de planejamento urbano no Brasil de forma cíclica e, em alguns casos, com pequenas mudanças. De fato, ora valoriza-se a estrutura municipal pública, ora valorizam-se os interesses públicos majoritários, ora defendem-se os interesses do setor privado. Renovam-se e alternam-se também as práticas de participação popular: em um momento acredita-se na necessidade de uma valorização da participação direta da população; em outro, defende-se o reforço das estruturas da democracia representativa-parlamentar; e em outros ainda, adotam-se posturas apenas tecnocráticas. Em todas essas situações, ambos os casos de planejamento, aqui descritos, podem ser adotados, revelando, portanto, mais uma questão de forma que do modelo adotado. (ULTRAMARI E REZENDE, 2008, *web*)

São afirmações que nos fizeram pensar nas semelhanças manifestadas nas intervenções que ocorreram na Rua do Príncipe em 1986 e em 2004. Teria o planejamento urbano oscilado entre os interesses públicos majoritários em 1986 para depois se curvar aos interesses do setor privado?

Verificamos nos dois episódios, da construção do calçadão e a destruição posterior do mesmo, que forças se organizaram para pressionar o gestor público e foram bem sucedidas. Essas forças seriam, então, criadoras de movimentos de inflexão urbana, utilizando-se de cenários favoráveis? No primeiro momento, a decisão pela construção do calçadão, com o discurso da valorização do patrimônio e pelo desenvolvimento econômico do comércio central, move a organização social de um grupo de artesãos (Ajart) na conquista do espaço revitalizado e no segundo, a organização de lojistas (CDL), em parceria com o poder público, quando então foi destruído o calçadão e removidos os artesãos. Nos dois momentos, os fatos se deram sob a premissa da humanização do espaço público, da preservação do patrimônio histórico, o estímulo ao turismo, desenvolvimento das atividades comerciais, culturais e econômicas da zona central da cidade, assim como a padronização do passeio público e a valorização dos imóveis.

Em 2004, a CDL apoiou a remoção dos artesãos e a Prefeitura investiu em um novo local para a Feira de Artesanato. O processo foi justificado por um discurso apoiado em valores como a segurança para a população e a

sustentabilidade, mas com uma visão parcial, uma vez que parte da população interessada foi removida do espaço, perdendo o acesso aos seus clientes e, em consequência direta, vindo ser prejudicada a sua sustentabilidade. Eram em sua maioria migrantes e enfrentaram, na época, um cenário de tensões. Fica mais clara a forma com que a gestão urbana aborda as questões de espaço público. Colocar-se no caminho dessa lógica significa enfrentar o peso do poder econômico e das instituições. Voltando às questões que nos moveram nesta pesquisa, tentaremos agora, a partir das informações levantadas, identificar possíveis respostas. Quais poderiam ser as bases norteadoras que parecem mover o poder público na direção de um controle social através de ações de intervenção urbana e quão importante será o patrimônio cultural e seu papel nessas ações?

Como nosso foco se centra na Rua do Príncipe e nas intervenções que se realizaram a partir dos anos 1980, sentimos a necessidade de conhecer melhor o momento histórico em que se situaram.

A partir dos anos de 1980, a cidade passa por um novo fenômeno de migração e se arma com legislação e mecanismos de intervenção para preservar a identidade fundadora. Parece que sempre que a cidade é ameaçada com a presença e apropriação de grupos de migrantes, que não compartilham de sua história, a reação se apresenta, entre outras formas, como intervenções sobre o patrimônio edificado. Esse fenômeno de apropriação do passado se assemelha a um grito daqueles que se indignam com a “invasão” de desconhecidos, indesejados, que se apropriam dos espaços e da cidade de maneira que, se nada for feito, a história será esquecida, uma nova cidade será erigida e a morte daqueles que contribuíram para a construção e desenvolvimento da cidade seja definitiva. A cidade histórica mostra suas raízes, eterniza seus fundadores e traz o conforto da crença numa eternidade, ainda que sob a forma do patrimônio edificado. Os fatos ocorridos ilustram muito bem essa premissa. Artesãos ocupam-se das ruas centrais, organizam-se, conquistam um espaço para se estabelecerem com uma Feira de Artesanato. Mas transgredem usos previstos, entram em disputa e ameaçam, com sua ocupação vista por alguns como desordenada, a

estética da preservação do patrimônio edificado e histórico. Nessa disputa de forças desproporcionais, são retirados da rua e levados a outro espaço, um espaço definido pelo poder público, que atua como agente organizador, como empresa que estabelece planejamento estratégico e que define o local de cada um na cidade, com o objetivo maior de manter a estética histórica, com olhar voltado ao turismo e à sustentabilidade que lhe interessa.

Mas o poder público não age isoladamente: é através de pressões internas e externas, daqueles que o financiam, que têm o poder de organização e mobilização popular ou de patrocinar investimentos públicos, e que o fazem sob condições, negociações, criando movimentos de inflexão. No episódio da remoção da Feira de Artesanato, o que estava em jogo eram duas forças organizadas: a Ajart e a CDL, cada qual com seus objetivos, em colisão frontal. A Ajart conquistou um espaço, um calçadão, a CDL o retomou, anos mais tarde, aproveitando-se de um momento de cenário favorável, mas, sobretudo, patrocinando o poder público nessa ação. Nessa luta, venceu o mais forte, sob a égide da estética, da preservação e da fruição do trânsito. Nos capítulos anteriores apontamos para a questão do uso do patrimônio cultural como ferramenta de fortalecimento de uma cultura idealizada e dos movimentos de poder que estariam influenciando as ações em campo. Se, como relata Teixeira, cultura e poder são e estão na base dos movimentos de intervenção e de gestão urbana, (TEIXEIRA, 2009, p. 171 a 172), por que então as intervenções ocorridas em 1986 e em 2004 tiveram efeitos tão radicalmente opostos? Estaríamos observando duas manifestações de poder sobre o patrimônio cultural contraditórias, opostas?

O movimento que criou o calçadão em 1986 tinha como justificativa o desenvolvimento do comércio central, o que também se apresentava como explicação para a sua destruição em 2004. Nos levantamentos realizados, percebemos movimentos em jogo e, na tentativa de compreensão desses movimentos e do próprio jogo, pensamos na identificação dos sujeitos e instituições que num determinado contexto se colocaram como principais protagonistas, as razões históricas e conjunturais que poderiam explicar esse protagonismo e as intenções e tensões que os moveram. **Cenários históricos**

se apresentavam, os quais procuramos mapear para melhor compreensão sobre as ações de intervenção urbana que culminariam na remoção da Feira de Artesanato da Rua do Príncipe no ano de 2004. Esses cenários, que serviriam de suporte para os fenômenos observados.

O **primeiro cenário** pode ser descrito como o fluxo migratório ascendente na década de 1980.

Tabela 6 – população residente em Joinville

ano	pessoas residentes				
	naturais de Joinville		não naturais de Joinville		Total número
	número	percentual	número	percentual	
1980	117.062	49,6%	118.741	50,4%	235.803
1992	180.543	52%	166.607	48%	347.150
2000	227.391	53%	202.213	47%	429.604

Fonte: (IBGE¹⁸ *apud* COELHO, 2011, p.188).

A tabela 6 mostra que o número de migrantes já supera o de pessoas nascidas em Joinville a partir dos anos 1980. Conforme Coelho, esse crescimento populacional foi resultado de um processo migratório nacional que atingiu muitas cidades brasileiras, especialmente Joinville. A autora esclarece que os anos 1980 colocam Joinville em posição de destaque no estado de Santa Catarina, por se tornar a cidade mais populosa. Esse fenômeno migratório teria engendrado reações do poder público, que passa a sentir a pressão dessa nova demanda diante dos recursos limitados. Na pesquisa de Coelho existe a constatação de que o movimento migratório atinge e mobiliza as intervenções urbanas. Os migrantes teriam suscitado sentimentos de invasão, ameaça e descontrole sobre o território urbano. (COELHO, 2011, p. 156).

No Jornal A Notícia de 1989, o editorial “Enfeando Joinville”, (A NOTÍCIA, 1989 *apud* COELHO, 2011) é mencionada na Rua do Príncipe a

¹⁸ (SKYSCRAPERCITY, 2009, *web*).

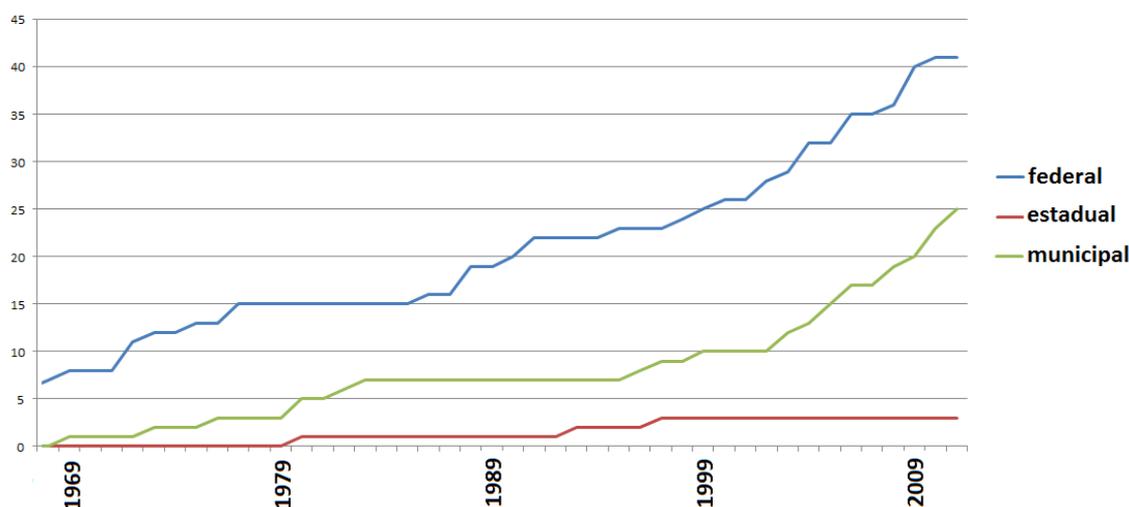
presença de barracos enfileirados onde se manifestava um comércio que se assemelhava a um “camelódromo de terceira categoria”. Colocando em cheque a identidade histórica e cultural da cidade, ameaçando desconfigurar a identidade e a harmonia social, ameaçando também a sustentabilidade dos lojistas instalados nas edificações através de uma nova e incômoda concorrência, a Feira de Artesanato alimentava argumentações para discursos repletos de intenções não declaradas.

O **segundo cenário** pode ser definido como a falta de estrutura para receber esses migrantes. A cidade, que se ancorava na indústria e atraía trabalhadores de outras regiões, deixa de ser capaz de absorver novos migrantes. Aqui se registram situações que criam um cenário de grandes tensões sociais, de um lado pelo aumento populacional e de outro pela falta de estrutura capaz de absorção. A mudança no cenário econômico, retraindo a oferta de empregos no setor industrial e gerando desemprego, concomitantemente convive com o crescimento de vagas no setor de serviços, com a criação de Shoppings Centers. O setor de serviços é a saída que vai sendo adotada na segunda metade da década de 1990 para a geração de empregos e isso dará um novo direcionamento às ações de gestão municipal, que passará então a olhar para setores, como o turismo, como fontes alternativas para a geração de emprego. Assiste-se a um crescente interesse pela cultura e pelo patrimônio cultural. Vínculos se estabelecem entre cultura e sustentabilidade econômica. Toma importância a questão cultural na sustentabilidade da cidade. Uma rua marcada por edificações de valor cultural pode ser uma vitrine para o turismo, um estimulante para o comércio e trazer o esperado desenvolvimento econômico.

O **terceiro e último cenário** seria o desenvolvimento de um Estado Gestor. A Feira de Artesanato iniciou suas atividades em 1972, quando migrantes se instalaram na Rua das Palmeiras (Alameda *Bruestlein*) depois de um período como ambulantes nas regiões centrais da cidade. Em 1980 é promulgada a Lei Municipal 1773, de Proteção do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Joinville. Essa década é então marcada pela multiplicação de leis municipais em prol da cultura, criando instituições

municipais e legislação que servirão de base para os futuros tombamentos e intervenções urbanas direcionadas ao patrimônio cultural. De fato, percebemos, a partir de 1980, o aumento no número de leis sobre proteção do patrimônio cultural, especialmente na esfera municipal, que supera o número de leis estaduais e segue a tendência de crescimento verificada na esfera federal. Foi realizado no curso da pesquisa um levantamento sobre o número de leis criadas nos âmbitos federal, estadual e municipal, como demonstramos no gráfico 3.

Gráfico 3 – evolução do número de leis sobre a proteção do patrimônio cultural



Fonte: levantamento elaborado pelo autor

Cabe discutir sobre as razões dessa multiplicação de leis. Um observador atento perceberá que é nesse período que se verifica o crescimento exponencial na população da cidade, marcadamente entre 1970 e 1990, o que sugere uma ameaça de desestabilização da paisagem urbana.

Em abril de 2006, surge o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville, que se auto intitula “Documento síntese da Leitura da Cidade”.

Esse documento tem como intenção:

orientar a definição de mecanismos de intervenção, assumindo o papel gerenciador da ordenação do território em sua totalidade, priorizando o desenvolvimento sustentável e o reconhecimento da função social da cidade e da propriedade urbana. (PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE, 2006, *web*)

São citados no texto os segmentos estratégicos básicos que o norteiam, que seriam: a promoção econômica, a qualificação do ambiente natural, a qualificação do ambiente construído, a promoção social, a mobilidade urbana e rural e a gestão do planejamento participativo. O Estado já demonstra que o patrimônio é tema de interesse não apenas para preservação da memória local, mas, como atração para o turismo e crescimento econômico num mundo que sai de uma era tipicamente industrial para outra, tecnológica e de expansão do setor de serviços.

Destaca-se, entre outras citações do documento: o patrimônio construído divide as opiniões dos segmentos da cidade quanto ao que e como preservar para geração de ativos (Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville). A terminologia utilizada, tal como “geração de ativos”, “promoção econômica” e “promoção social” demonstra o posicionamento do poder público como “gestor” do ambiente edificado, observando tais espaços como potenciais ferramentas para a administração voltada para resultados, nesse caso, a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico do município. A globalização é o fundo dessa nova forma de pensar e gerir o espaço urbano, colocando, conforme Sánchez, não somente os produtos e serviços, mas o homem e as cidades como objetos de consumo, vendáveis e, portanto, objetos de utilização de ferramentas de marketing. Nessa visão se desenvolve o *city marketing* nas políticas públicas (SÁNCHEZ, 2001, p. 32).

A gestão pública se aproxima do setor privado e passa a gerir o município como “produto”, passível de consumo, através do turismo. O objetivo de desenvolver um espaço atrativo ao turismo e, dessa forma, trazer investimentos, sustentabilidade emprego e conseqüente qualidade de vida aos

cidadãos se depara com a constatação de que esse movimento precisa ser organizado. As ações definindo espaços e usos, organizando a cidade a partir de uma visão estética e estratégica, buscam resultados econômicos, mas, para tanto, é preciso garantir uma harmonia social e combater a possível perda de controle do espaço apropriado. Organizar e ordenar a Rua do Príncipe passou a ser a preocupação das gestões públicas que, a todo o momento, intervêm com a finalidade de facilitar o acesso turístico, trabalhar a estética, disciplinar comportamentos e o espaço para expandir o consumo de bens e serviços.

Esses seriam os principais cenários que encontramos que fundamentariam as ações naquele primeiro de março de 2004.

O *citymarketing*, como estratégia pública, promove o controle sobre o espaço num modelo de gestão similar ao praticado pelo mercado, objetivando resultados, indicadores, acompanhamento de metas, desempenho, etc. O Estado se alinha ao mercado e é regido pelos mesmos ideais, estando sujeito às suas pressões. As tensões causadas pelo aumento populacional, pela migração, se estabelecem como ameaça e o fortalecimento do setor de serviços que se organiza e investe com pressão e poder econômico, financiando o poder público em ações que convergem com interesses novos do Estado gestor, encontra nos artesãos (vistos como ambulantes) um problema a ser solucionado, pois interferem na estética idealizada e desestabilizam a organização do espaço. Apesar da crescente preocupação de trazer o patrimônio como mecanismo de desenvolvimento econômico, a opção da remoção da Feira de Artesanato foi definida em detrimento de um segmento da sociedade que não foi ouvido, uma vez que seu discurso destoava das demais forças em jogo. A rua foi “limpa”, saíram os “ambulantes”, o trânsito central foi liberado e os lojistas que ocupavam os espaços edificados permaneceram protegidos, assim como o patrimônio edificado. A um só golpe restaurou-se a estética patrimonial, a fruição do trânsito e a segurança dos lojistas. O Estado mostrou sua vocação na gestão pública do espaço patrimonializado, organizando e definindo espaços e destinos. Aqui retomamos Frehse, pensando o contexto como resultado de uma força que varre os indesejados, e

que se forma pela parceria entre o poder público e um grupo econômico influente e organizado.

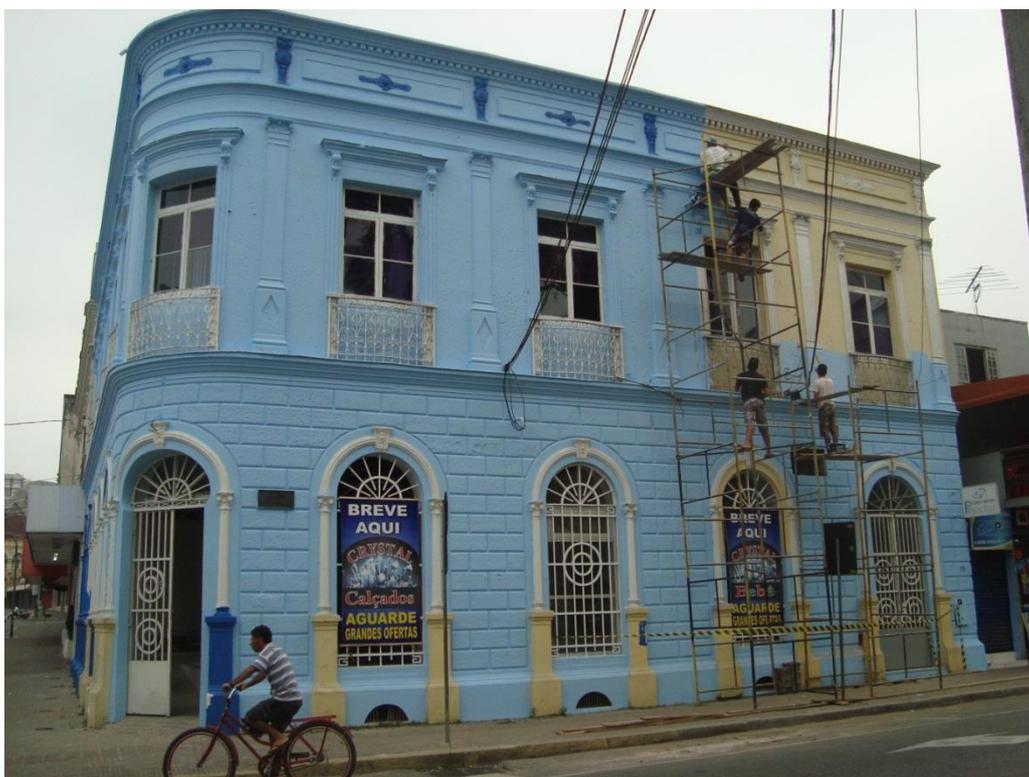
Andar pela Rua do Príncipe nos dias atuais, como foi explorado no capítulo 1, nos mostrou essa organização, esses espaços definidos, essa estética urbana que privilegia o acesso às lojas e ao patrimônio apresentado como atração turística. Jeudy afirma que os “financiadores” do patrimônio cultural apoiam-se num discurso poético sobre a cidade, mas pretendem firmar uma “imagem determinante” dessa cidade, sem se importarem com uma “sensibilidade comum” aos seus habitantes. Segundo Jeudy, é possível verificar nos processos de metamorfose das cidades, uma “soberania” das representações políticas em jogo. O medo da “desestruturação” reforça a necessidade da ação do Estado, que pretende ser gestor da cidade e determinar seus destinos. Essa ameaça, a da desestruturação, está sempre presente, pois, como Jeudy coloca muito bem: a unidade urbana está permanentemente ameaçada de deslocamento. É por isso que a cidade é tratada como uma paisagem a ser remodelada. (JEUDY, 2005, p. 99).

São as pressões sociais pelos usos da rua que criam a ameaça de desestabilização, impulsionadas pela busca constante da sobrevivência por parte de uma população que sofre as mutações do ambiente econômico e cultural. A história nos traz uma Rua do Príncipe como vitrine da vocação comercial da cidade, da sobrevivência de seus moradores estampada nos usos mistos de suas construções, que desde suas origens abrigam no andar térreo de suas construções o comércio e nos andares superiores a residência, apostando no sempre grande fluxo de pessoas que por ali transitam diariamente. De outro lado, essa população assiste às intervenções urbanas e tombamentos realizados pelo Estado, na tentativa de “congelar” o espaço considerado como “cartão postal” da cidade. Além das tentativas de “congelamento” por parte do Estado, as ações manifestas de controle são também verificados na intenção de disciplinar os usos dos espaços. No caso da remoção da Feira de Artesanato em 2004, o pulso forte nos mostra um sinal de reação contra a perda de controle desses usos e no atendimento aos financiadores interessados, no caso representados pela CDL.

A CDL se perpetua nos esforços em influenciar o poder público, entregando ao prefeito Carlito Merss, em 17 de outubro de 2009, uma proposta de gestão para o turismo na cidade. Em parceria com o Conselho Municipal de Turismo – Comtur, com o Joinville Convention Bureau e com o Sindicato dos Hotéis e Restaurantes, o documento propõe ações voltadas ao desenvolvimento, “reafirmando o turismo como estratégia de desenvolvimento econômico, social e cultural”, e reivindicando verbas para sua implementação.

O processo continua, criando tensões constantes e exigindo dos gestores públicos ações, posicionamentos e inflexões que forcem mudanças no contexto, mas que estão sempre alinhadas com a afirmação do poder sobre a rua.

Figura 40 – Rua do Príncipe - Processo de revitalização em curso, setembro - 2012.



Fonte: Acervo do autor

O patrimônio é constantemente alvo de intervenções, como demonstramos no flagrante registrado na figura 40, que retrata uma revitalização promovida em prédio tombado por parte da iniciativa privada em setembro de 2012, na esquina da Rua do Príncipe com a Rua Engenheiro Niemeyer. Ao gerir o urbano sob a ótica da gestão empresarial, o Estado alia-se ao Segundo Setor da economia (Setor Privado), assimila suas ferramentas e conceitos e busca interesses comuns, contando, inclusive, com seu financiamento. Com essa visão, os espaços devem ser planejados, definidos por uma lógica mercadológica, promovendo ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e harmonizando a sociedade através do pressuposto aumento no emprego formal.

Figura 41 – Feira de Artesanato: novo espaço prevê espaços de uso - 2012.



Fonte: Acervo do autor

O novo espaço da Feira de Artesanato apresenta a delimitação clara do espaço a ser utilizado, definido pelos vasos.

Figura 42 – Biblioteca Pública em reformas - 2012.



Fonte: Acervo do autor

A Biblioteca Pública, que se situa no espaço compartilhado com a Feira de Artesanato nos dias atuais, flagrada em reformas, mostra o constante interesse na revitalização. As intervenções urbanas ocorreram e continuam a ocorrer, num processo que alterna ações do governo e da iniciativa privada, aparecendo em reformas de prédios públicos e pelas mudanças nas fachadas de lojas, muitas delas controladas por leis que pretendem manter viva a memória e a identidade da cidade idealizada para o turismo.

Figura 43 – Novo espaço da Feira de Artesanato e usos imprevistos - 2012.



Fonte: Acervo do autor

Contudo, se o “espaço” é um “lugar” praticado, ainda que num lugar definido para a Feira de Artesanato é possível que se suscitem transgressões, como a que flagramos e apresentamos na figura 43: um ambulante montando seu comércio na calçada, alheio às intenções disciplinadoras do poder público. Esse ambulante é um novo transgressor, um indesejado, que um dia pode se juntar a outros e enfrentar, em grupo, o poder instituído, pela conquista de um lugar que possa garantir a sua sobrevivência. O processo não para, se renova e se reinventa.

Creemos que um caminho para melhor compreensão sobre as ações e tensões em curso possa ser vislumbrado através das chaves analíticas preconizadas por Frehse. Interação, função e contexto são boas pistas para nossa compreensão sobre a rua. As tensões sobre um lugar disputado são como combustível para o poder público que se torna empresário, que busca o

desenvolvimento econômico. Organizar e disciplinar a rua já são argumentos suficientes para um estado gestor, mas, quando essa rua traz elementos arquitetônicos que evocam uma cultura desejada, torna-se então o foco de ações de intervenção. Isso porque, na contemporaneidade, a cultura é um vetor para o turismo e a cidade é produto à venda. O *citymarketing* é o caminho para a globalização da cidade e a cultura o seu palco de atrações. Mas o turista global tem seus interesses, que irão moldar o tipo de cultura que deve ser colocado para consumo. O que não interessa para o desenvolvimento econômico deve ser disciplinado e, às vezes, eliminado.

A análise das bases norteadoras das recentes intervenções urbanas na Rua do Príncipe está imbricada com a reflexão sobre as inflexões da gestão pública do urbano. A Rua do Príncipe é um espaço onde as apropriações e usos estão intimamente ligados ao interesse pela sobrevivência econômica. São comerciantes ávidos pela exploração da rua de maior movimento de pessoas desde seus momentos primordiais. Esse grande volume de pessoas que movimenta um comércio efervescente, cria também um espaço de disputas. São lojistas que disputam os espaços edificados em confronto com aqueles que, sem recursos, invadem o espaço público com mesas e barracas. Os gestores públicos entram nessa disputa em função do patrimônio cultural, composto por prédios antigos que trazem a história enobrecida, despertam o sentimento de pertencimento e podem servir de atração turística. Mas, ao intervirem nesse espaço, tentam harmonizar os diversos públicos que usufruem dessa rua, definindo, entretanto, o lugar de cada um. Essa pretensa organização dos espaços não é garantia de que os usuários que dessa rua sejam coniventes, principalmente pelo fato de que o que está em jogo, para esses públicos, é a sobrevivência. Sobrevivência em função do volume de pessoas que passam pela rua, não necessariamente vinculada ao patrimônio cultural. O gestor público quer controlar, administrar a rua como recurso a ser explorado. O patrimônio cultural assegura essa atratividade, revela a origem nobre da cidade dos Príncipes, mas, requer controle social.

Os discursos declarados trazem as questões da acessibilidade, a fluidez do trânsito, a revitalização do patrimônio cultural e a preservação da memória

da cidade. Entretanto, questões não declaradas se revelam no episódio ocorrido em 2004. Os discursos confrontam-se com as práticas. A acessibilidade é parte do discurso, mas a prática é seletiva ao definir qual público terá direito a esse acesso. O discurso assumido pelo gestor público fundamenta-se na preservação da identidade histórica e cultural local, na preparação do espaço público para a inclusão de toda a diversidade cultural da metrópole, na sustentabilidade e na atração de investimentos através do turismo. Esse discurso, presente em todas as esferas governamentais e também em tratados mundiais, irá legitimar as intervenções urbanas nas cidades. A Rua do Príncipe nos surpreende quando percebemos que, em duas décadas, os gestores públicos decidem realizar ações que se mostram incongruentes, chegando a ser diametralmente opostas em suas consequências, mantendo, entretanto, no âmbito discursivo, argumentos e justificativas semelhantes. Os estudos nos levaram a buscar as razões dessa dualidade em jogo, trazendo-nos à luz questões específicas que teciam cenários nos anos em que os episódios ocorreram. Esses cenários seriam, então, o suporte para ações divergentes e permitiriam inflexões em intervenções envolvendo o calçadão e os que dele desejavam se apropriar.

Os cenários históricos identificados neste capítulo, que se resumem em tensões, podem explicar os movimentos de intervenção urbana ocorridos na Rua do Príncipe relacionados com a Feira de Artesanato. Ao estudarmos as diferentes atitudes dos gestores públicos em duas décadas, quando em 1986 decidiu-se pela construção do calçadão e em 2004 pela sua destruição, percebemos que os discursos não foram antagônicos. A diferença que determinou a mudança na direção de decisões foi a força política de grupos organizados. Em 1986, os artesãos haviam já se organizado e se faziam representar pela Ajart, o que desencadeou na atenção do gestor público na solução das suas necessidades, permitindo que a Feira de Artesanato se instalasse em local enobrecido, garantindo espaço para artesãos que ocupavam a rua.

Em 2004, nova força se mobiliza, desta vez através da CDL, que chega a patrocinar parte da obra que irá destruir o calçadão e retirar da Rua do

Príncipe a Feira de Artesanato, de forma definitiva, atendendo agora os interesses dos lojistas que ocupam os espaços edificados. Concluímos que o ambiente movido pelos cenários identificados cria um momento oportuno para legitimar ações de grupos organizados. No episódio da retirada da Feira de Artesanato em 2004, as questões levantadas como fundamentadoras dos discursos públicos foram utilizadas parcialmente, a exemplo da questão da sustentabilidade, que não foi observada em todas as suas dimensões e nem mesmo atingiu todos os públicos envolvidos, desestruturando uma parcela dos trabalhadores que dependiam daquele espaço para sobrevivência. É de se supor, portanto, que os discursos permanecem presentes e que novas intervenções podem ocorrer. Quando tensões criam espaço para cenários como os descritos e vêm, dessa maneira, trazer um ambiente fértil para inflexões, é possível que um grupo organizado se levante, direcionando os gestores públicos para realizarem as mudanças que lhes tragam benefícios e distorcendo os discursos que lhes servirão, mais uma vez, de amparo e argumento.

Essas inflexões podem se manifestar de maneira violenta contra aqueles que ousarem colocar-se no caminho dos interesses econômicos de grupos que desejam o controle da rua. Um controle que se mostra conflituoso, visto que dança entre o idealizado e o praticado. Uma dança marcial, contínua e tensa.

Na Rua do Príncipe, os discursos se apoiam no patrimônio cultural edificado, fincando suas raízes nas construções históricas, mas os usos são alvo de disputas, sendo o poder público sujeito a inflexões nas intervenções urbanas, curvando-se aos interesses de grupos interessados influentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta neste trabalho teve como tema geral, conforme explicitado na introdução, o estudo sobre a relação entre os usos da rua e a gestão do patrimônio cultural edificado. Escolhemos a Rua do Príncipe como objeto empírico de nossa pesquisa, uma vez que se trata de uma rua com importância histórica para a cidade. Desde os tempos de colonização, a Rua do Príncipe se apresenta como um importante caminho de ligação do centro aos pontos de relevância para a cidade nos seus diversos momentos históricos. Criada inicialmente como uma “picada” que ligava o centro à olaria, que seria a primeira indústria de que se tem registro na cidade de Joinville, foi também ligação, posteriormente, entre o centro e a estação ferroviária e, depois, para os bairros. A vocação para o comércio se verifica em toda a sua história, assim como o grande fluxo de pessoas que por ali passam diariamente, o que nos deixa sem saber se esse movimento explica o interesse pelo comércio ou se, ao contrário, a presença comercial atrai esse fluxo. Em última análise, cremos que são movimentos que se completam, se explicam e se influenciam, tendo sido desenvolvidos sem que se possa dizer qual teria sido a causa ou efeito desse cenário.

Percebemos então, um interesse comercial pela Rua do Príncipe, presente desde a sua criação. Comerciantes de todos os tipos procuram nessa rua um espaço para expor seus produtos ou serviços, cientes de que se trata de local de grande presença de pedestres que seguem no caminho para diversos destinos na cidade. Entretanto, a rua é finita, assim como os espaços disponíveis para seu uso comercial. Esse é, portanto, um local de tensão e disputas.

O gestor público, conforme verificamos, começa, a partir dos anos 1980, a olhar para essa rua como um reduto material de uma história que se deseja preservar. O recuo na geração de empregos por parte da indústria naquela década traz o desemprego num momento em que a migração interna no país atrai famílias para as grandes cidades. Esse cenário de conflito entre o

aumento populacional e a redução da oferta de empregos, obriga o gestor público a pensar no uso da cidade como atração turística, setor que começa a se mostrar promissor na geração de renda e emprego. Mas, para isso, a cidade precisa se tornar atraente, definir uma história idealizada e preservar os prédios que atestam sua origem nobre. A Rua do Príncipe, com suas construções antigas, torna-se um ponto de especial atenção na gestão pública para o turismo. Assim sendo, surge um segundo elemento de interesse pela rua: além, do já mencionado interesse comercial, o interesse do gestor público pela sua preservação e enobrecimento como atração para o turismo.

A relação entre os interesses pelo uso da rua por parte da população e pelos comerciantes se encontra com os interesses do gestor público que pretende, através de seu enobrecimento, trazer o turista e garantir, assim, a sustentabilidade dentro desse novo momento histórico.

Mas os dados levantados nos trouxeram cenários que nos sugerem relações muitas vezes conflituosas. Na busca pela compreensão sobre a relação entre os usos da rua e a gestão do patrimônio cultural edificado, nos deparamos com eventos singulares ocorridos na Rua do Príncipe. A análise dos documentos e da bibliografia consultada nos revelaram ações governamentais que resultaram em efeitos aparentemente paradoxais, quando em 1986 se construiu um calçadão para posteriormente, em 2004, o mesmo ser destruído.

Lojistas e artesãos em constante conflito de interesses, catalisaram intervenções, trazendo ao debate o papel assumido pelo poder público quando da construção do calçadão e sua posterior destruição, removendo uma Feira de Artesanato de forma contundente e agressiva. Os embates e disputas que atravessam essa relação e como respondeu a gestão pública diante às demandas emergentes relacionadas nos levaram a estudar os modelos de intervenção categorizados na literatura contemporânea. Entretanto, não encontramos conceituações prontas que pudessem explicar, de maneira completa, a destruição do calçadão e a remoção da Feira de Artesanato em 2004. Essa intervenção não parece se encaixar em nenhuma modalidade descrita na literatura atual. Tampouco percebemos mudanças significativas nos

discursos que tentaram justificar as duas ações contraditórias que ora constroem um calçadão e depois o destroem.

Na tentativa de conhecermos como se apropriam as dimensões simbólicas e econômicas da noção de patrimônio cultural na contemporaneidade, quando se encontram em jogo processos de intervenção urbana e usos sociais dos espaços públicos, percebemos a clara mudança ocorrida nos momentos históricos nos quais os eventos se desenvolveram. No primeiro momento, em 1986, a questão da sustentabilidade foi trabalhada pelo poder público de maneira a incluir a Feira de Artesanato, em função da busca de soluções para a sobrevivência de famílias que encontravam, no acelerado crescimento populacional, um cenário de desestruturação e desemprego. A Feira de Artesanato também seria vista, na época, como uma manifestação cultural que se procurava manter viva. Em 2004, entretanto, o momento histórico trazia um novo cenário. A sustentabilidade tomava nova forma, com a visão voltada para a cidade mercadoria.

O desenvolvimento econômico almejado pelo poder público se apoia no patrimônio que, transformado em espetáculo, servirá para o consumo. O *citimarketing* rege as intervenções para a atração de investimentos externos e o conseqüente desenvolvimento interno. A cidade precisa ser colocada na vitrine do turismo global e o patrimônio cultural é o fator de maior atenção pela sua potencial atratividade.

A presença do governo gestor, que tenta disciplinar, definir lugares e controlar seus usos é visível, está sinalizada em cada placa na rua, assim como também se percebe a espetacularização nas intervenções realizadas, uma delas bem recente, verificada no ano de 2012, quando do investimento na Alameda Brustlein. Mas é igualmente visível a pressão sufocada daqueles que disputam um espaço não autorizado nessa rua, flagrada pela presença de comerciantes que desafiam, em todo momento (incluindo o momento presente) essa pretensa organização. Essa constatação reforça nossa percepção de que a Rua do Príncipe é alvo de grande interesse por parte de todo o tipo de comerciante e a disputa por um espaço pode levar a conflitos como os verificados nas intervenções analisadas.

Mas, apesar dos cenários históricos apresentarem terreno fértil para as ações desenroladas, a participação dos grupos, em ambas as intervenções, foi de substancial importância. A Ajart e a CDL influenciaram o gestor público, obtendo concessões em momentos históricos distintos.

Assim sendo, chegamos ao fenômeno das inflexões urbanas, uma vez que, nas duas situações, o poder público agiu em nome do patrimônio, que serviu de base para uma política de inserção da cidade no roteiro global, mas curvou-se ao interesse de grupos organizados que defendiam seus interesses pelos usos da rua.

A Rua do Príncipe continua recebendo um grande número de pessoas, o que mantém o interesse pela sua exploração econômica através do comércio e do turismo. Suas edificações enfrentam forças opostas, que se manifestam na tentativa de renovação frente aos interesses pela preservação.

A questão, portanto, a se ressaltar, é a do desafio de permitir que a cidade se movimente de maneira a garantir o equilíbrio entre a proteção de seu patrimônio histórico e de sua cultura, a atratividade para investimentos externos e a sustentabilidade assumida em todas as suas instâncias e públicos. Mas existe sempre o risco de que grupos se organizem para enfrentar a constante luta por um espaço e pelo uso da rua de maneira que lhe seja conveniente. Nosso estudo mostra que, em momentos históricos geradores de tensões sociais, a pressão sobre o poder público pode abrir espaço para a formação ou fortalecimento desses grupos, que terão então o poder de *inflexionar* a gestão dos urbanistas sobre os usos dos espaços de interesse de preservação patrimonial.

Com graduação em administração e especialização em marketing, tivemos um grande desafio na realização deste projeto. Enxergar os movimentos de intervenção na perspectiva da Rua do Príncipe e partir em busca de respostas para situações aparentemente antagônicas exigiu muita dedicação e sensibilidade. Entretanto, estudar sobre um fenômeno ocorrido recentemente nos permitiu conhecer alguns de seus protagonistas, o que foi muito gratificante e esclarecedor.

Nosso olhar para a Rua do Príncipe nunca mais será o mesmo, pois cada quadra parece revelar uma tensão e demonstrar como os usos se modificam, se multiplicam e se enfrentam, como se nos interstícios dessa rua estivesse sempre à espreita um novo interessado que, aos poucos, ocupa um lugar e inicia uma nova disputa.

REFERÊNCIAS

A NOTÍCIA Jornal, Joinville, 17 julho 1998, caderno Cidade.

A NOTÍCIA Jornal, Joinville, 01 agosto 2002, caderno Cidade.

A NOTÍCIA Jornal, Joinville. 03 maio 2009, Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&source=a2516927.xml&template=4187.dwt&edition=12361§ion=1186>> acesso em 13 jan. 2012.

A NOTÍCIA Jornal, Joinville, 12 setembro 2009, Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Geral&newsID=a2651657.xml>>, acesso em 03 nov.2012.

A NOTÍCIA Jornal, Joinville, 01 abril 2011. Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a3259783.xml&template=4187.dwt&edition=16804§ion=886>>, acesso em 03 jul. 2012.

A NOTÍCIA Jornal, Joinville, 05 janeiro de 2012, caderno Cidade.

AJART, Associação Joinvilense dos Artesãos, disponível em: <<http://www.facebook.com/Ajart.joinville>>, acesso em 15 jan. 2012.

ARQUIVO HISTÓRICO JOINVILLE, Disponível em <<http://www.institutocachoeira.org.br/PARTE1.PDF>>, acesso em 17 out. 2011.

AURÉLIO, **Dicionário On Line**, disponível em <<http://74.86.137.64-static.reverse.softlayer.com/>> , visitado em 20/12/2012

BLOG SUA CIDADE, disponível em <<http://suacidade.org/joinville/prefeito-vistoria-obras-na-rua-das-palmeiras>>, acesso em 16 jul. 2011.

BLOG PasseiAki.com, Prefeito Vistoria Obras na rua das Palmeiras, Dezembro, 04, 2012, disponível em - <http://www.passeiaki.com/noticias/prefeito-vistoria-obras-rua-palmeiras>, visitado em 20/03/2012.

BOLSA FAMÍLIA, Programa, disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> acesso em 15 mai. 2012.

BRASIL, **Constituição (1934)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934, Artigo 10, parágrafo III.

BRASIL SABOR, **Preciosidades no primeiro calçadão do país**, disponível em <http://www.brasilsabor.com.br/por/roteiros/artigo/97>, acesso em 26 jan. 2013.

CANEVACCI, Massimo, **A Cidade Polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. Tradução Cecília Prada, 2ª edição, São Paulo: Studio Nobel, 2008 p.279.

CARTA DE LISBOA Sobre A Reabilitação Urbana Integrada, **1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa**, 21 a 27 de Outubro de 1995, Disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartadelisboa1995.pdf>, acesso em 23 ago. 2012.

CAVALCANTI E.; NEVES M. F. **Curitiba viável ao turismo**. 2004. Disponível em www.fotoserumos.com/curitibaviavel16.htm acesso em: 10 abr. 2005.

CDL Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville, Disponível em <http://www.cdljoinville.com.br>, acesso em 26 jan. 2013.

CDL INFORMATIVO, Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville, CDL disponível em http://www.cdljoinville.com.br/index.php?cat=comunicacao&subcat=jornal&pag=jornal&jornal=68&id_news=757 , acesso em 26 mar. 2012.

CDL INFORMATIVO , Informativo da Câmara de Dirigentes Lojistas de Joinville (CDL), 2007, Disponível em <http://www.cdljoinville.com.br/index.php?cat=comunicacao&subcat=jornal&pag=jornal&jornal=98&id_news=1641> acesso em 08 nov. 2012.

CERTEAU Michael de – **Andando na Cidade** – Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – página 28 – tradução: Anna Olga de Barros Barreto – 1994.

CERTEAU, Michel de. Relatos de espaço. In: **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 199 – 217.

COELHO, Ilanil, **Pelas tramas de uma Cidade Migrante**, Editora Univille. 2011.

DALONSO, Yoná da Silva, A Influência Dos Planos Territoriais No Desenvolvimento Turístico: **O Caso Do Plano Diretor De Joinville** , Book Of Proceedings Vol.II – International Conference On Tourism & Management Studies – Algarve 2011, disponível em <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&ved=0CGoQFjAJ&url=http%3A%2F%2Ftmstudies.net%2Findex.php%2Fectms%2Farticle%2Fdownload%2F315%2F485&ei=S0HUNj0GIT48wTc1rXkBw&usq=AFQjCNHk91YOMlqf9C4mWnRRNN5vN9Entw&sig2=GeKP49-STOOldhg0XBMSnw>> acesso em 15 jan. 2012.

DEFENDER OSCIP – Defesa Civil do Patrimônio Histórico – 02 de maio de 2009 - “**Artesãos de Joinville vêm associação enfraquecer**” – Disponível em <<http://www.defender.org.br>> , acesso em 02 out. 2011.

DUARTE, Fábio e CZAJKOWSKI, Sérgio Júnior, **Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano** - RAP Rio de Janeiro 41(2):273-82, Mar./Abr. 2007

DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: Unesp, 2000.

FICKER Carlos, **História de Joinville, Crônica da Colônia Dona Francisca**, 3ª Edição – 2008, Editora Letradágua, p.103 - 133 – 170 – 177.

FONSECA, Maria Cecília Londres, **O Patrimônio em Processo**, 1990.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

FONSECA, R. M. Walter Benjamin, **A temporalidade e o direito**. In: MUSSE, R. et al. *A escola de Frankfurt no direito*. Curitiba: Edibej, 1999. p. 75-86.

FRANÇA, Charles, Revista Eletrônica REVI, matéria de número 6998, 11 de setembro de 2008, "**Futuro dos artesãos permanece incerto**" – Disponível em <http://redebonja.cbj.g12.br/ielusc/revi_2005/revi_mod_reg.php?id=6998> acesso em 15 ago. 2011.

FREHSE, Fraya. Usos da rua. In: FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério P. (orgs). *Série Cidades e Arquitectura. Plural de Cidades: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Almedina S/A, 2009, p. 31 – 154.

FRÚGOLI JR., H. **A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, n. 16, p. 51-66, jun. 2001.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE, Disponível em <http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/downloads/Patrimonio_Bens%20Tombados.pdf> acesso em 15 mar. 2012.

GAGLIARDI, Clarissa M.R., **Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos**, 2009, p.259.

GAZETA DE JOINVILLE, **Artesãos se dão férias e feira de Joinville fica menor**, em 22 de fevereiro de 2011, disponível em <<http://www.gazetadejoinville.com.br/portal/?p=4335>> acesso em 8 jan. 2012.

GUIAVILLE.COM, Disponível em <<http://www.guiaville.com.br/joinville/perfil-de-joinville/economia-de-joinville.html>> acesso em 15 jul. 2012.

GROTH, Marlise, Jornal A Notícia, Joinville, 07 jul.1998, **Rua do Príncipe Reconta sua História**, caderno Cidade Disponível em <<http://www1.an.com.br/1998/jul/17/0cid.htm>> acesso em 15 jun. 2012.

INFOPÉDIA diradamento , Disponível em <URL: <http://www.infopedia.pt/italiano-portugues/diradamento>>. Acesso em 2 dez. 2012.

JEUDY - Henri Pierre **Espelho das Cidades** - Editora Casa da Palavra - edição 2005 (p. 19 - 153).

JOINVILLE EM FOCO, **História de Joinville**, disponível em <<http://joinville-em-foco.blogspot.com.br/2009/07/historia-de-joinville.html>> acesso em 15 set. 2011.

JOINVILLECONVENTION.COM blog - Disponível em <http://www.joinvilleconvention.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=208&Itemid=8> acesso em 20 set. 2012.

LIVROS E CIDADES Blog, disponível em <<http://livrostecnicosul.blogspot.com.br/2010/05/rua-das-palmeiras-joinville-sc-ontem-e.html>>, acesso em 03 mar. 2012.

MAZZARO, Rafaela, Blog do Anexo, **O que muda com o IPCJ**, 16 de maio de 2011 - Disponível em <<http://wp.clicrbs.com.br/anexo/2011/05/16/o-que-muda-com-o-ipcj/?topo=84,2,18,,84>> acesso em 26 jul. 2011.

NEREIDA, Wivian Silveira, Dissertação **Análise Histórica De Inundação No Município De Joinville – Sc, Com Enfoque Na Bacia Hidrográfica Do Rio Cubatão Do Norte**, 2008, disponível em <www.ippuj.sc.gov.br/downloadArquivo.php?arquivoCodigo=474>, acesso em 20 out. 2012.

NOTÍCIAS DO DIA, Jornal, Joinville, 06 fevereiro 2012.

O MUNICÍPIO, Jornal, Joinville, 17 de abril de 1998.

O VIZINHO, Jornal, “**Prefeitura e artesãos vivem um dos piores conflitos da história de Joinville**”- Ano XII, n.526 – 26 mar. 2004 – disponível em: <<http://www.ovizinho.com.br/jor04/j0152601.htm>> acesso em 05 jul. 2012.

OLIVEIRA, Marcos, **Transferência de feira cria polêmica**, Jornal A Notícia, Joinville, 01 agosto 2002, Disponível em <<http://www1.an.com.br/2002/ago/01/0cid.htm>>, acesso em 25 mai. 2012.

PEREIRA, V. **Planejamento urbano e turismo cultural em Belo Horizonte, Brasil: espetacularização da cultura e a produção social das imagens urbanas**. In: CONGRESSO VIRTUAL DE TURISMO, 2., 2003. Anais... 2003.

PEIXOTO, Paulo, **Plural de Cidade - Novos Léxicos Urbanos** - Editora Almedina Brasil - Br 2009, p.41 - 45

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE, 2006, Disponível em <<http://dc127.4shared.com/doc/KKwqrlmZ/preview.html>> acesso em 06 out. 2012.

PLANO DE ESTRUTURAÇÃO URBANA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 1987. Portal “**Prefeitos e Gestões**”, reportagem de Juliana Muscovick em 08 de abril de 2011. Disponível em <<http://prefeitosonline.com.br/site/?p=1243>> acesso em 15 ago.2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE – Matéria “**Prefeito vistoria obras na Rua das Palmeiras**” - site oficial – Disponível em <<http://www.joinville.sc.gov.br/noticia/1493-Prefeito+vistoria+obras+na+rua+das+Palmeiras+.html>> acesso em 12 jun. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE – IPPUJ disponível em <<http://www.ippuj.sc.gov.br/conteudo.php?paginaCodigo=22>> , acesso em 21 abr. 2012

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO DAS CIDADES HISTÓRICAS – (**PAC Cidades Históricas**), Disponível em <http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=96&Itemid=96>, acesso em 22 fev.2012.

PUCPR, **Inflexões Urbanas** disponível em <<http://www.pucpr.br/posgraduacao/gestaourbana/receptor.php?id=26244>> acesso em 22 jan. 2013.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, disponível em <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1175&class=02>> , acesso em 16 mai 2012.

SÁNCHEZ, Fernanda - **A Reinvenção das Cidades na Virada de Século: Agentes, Estratégias e Escalas de Ação Política** - Universidade Federal do Rio de Janeiro – Junho de 2001.

SÁNCHEZ, Fernanda. **Cultura e Renovação Urbana: a cidade-mercadoria no espaço global**. In: LIMA, Evelyn F. W; MALEQUE, Míria R. **Espaço e Cidade: conceitos e leituras**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

SÁNCHEZ GARCIA, F. **Buscando um lugar ao sol para as cidades: o papel das atuais políticas de promoção urbana**. In: Revista Paranaense de Geografia, Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 4, 1999. Disponível em <www.agbcuritiba.hpg.ig.com.br/Revistas/Rpg3/4fernanda.htm> acesso em 02 out. 2012.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti , **Sociabilidades e usos contemporâneos do patrimônio cultural** (1), 2004, disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.051/560>> acesso em 15 dez.2012.

SIRCHAL, GLOSSÁRIO disponível em: <<http://www2.archi.fr/SIRCHAL/glossair/glosdefp.htm#Aut>> acesso em 12 abr. 2012.

SKYSCRAPER CITY, 2009, Disponível em <
<http://www.skyscrapercity.com/showpost.php?p=40054030&postcount=3204>> acesso em
12 ago. 2011.

TEIXEIRA, João Lopes, **Políticas Culturais Urbanas** – Plural de Cidade:
Novos Léxicos Urbanos, 2009, P. 171 a 172.

ULTRAMARI, C.; DUARTE, F. **Inflexões urbanas**. Curitiba: Champagnat,
2009.

ULTRAMARI, Clovis; REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento Estratégico e Planos Diretores Municipais: Referenciais e Bases de Aplicação**. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 717-739, jul./set, 2008. Disponível em <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552008000300006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt > acesso em 05 dez.2012.

ULTRAMARI. Clovis & REZENDE, Denis Alcides. **Mudanças e Continuidades na Gestão Urbana Brasileira**. In *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Edição nº 111, Julho/Dezembro 2006 (p. 19-28). Ipardes: Curitiba, 2006.

VICENTE, Eva, **Plural de Cidade - Novos Léxicos Urbanos** - Editora Almedina Brasil - Br 2009, p. 225 - 233

APÊNDICE

Dossiê: Casas e Casarões de Joinville – I

Rua do Príncipe

Em 1997, foi apresentado o referido Dossiê, pela Fundação Cultural de Joinville, tendo sido realizado pelo Arquivo Histórico de Joinville.

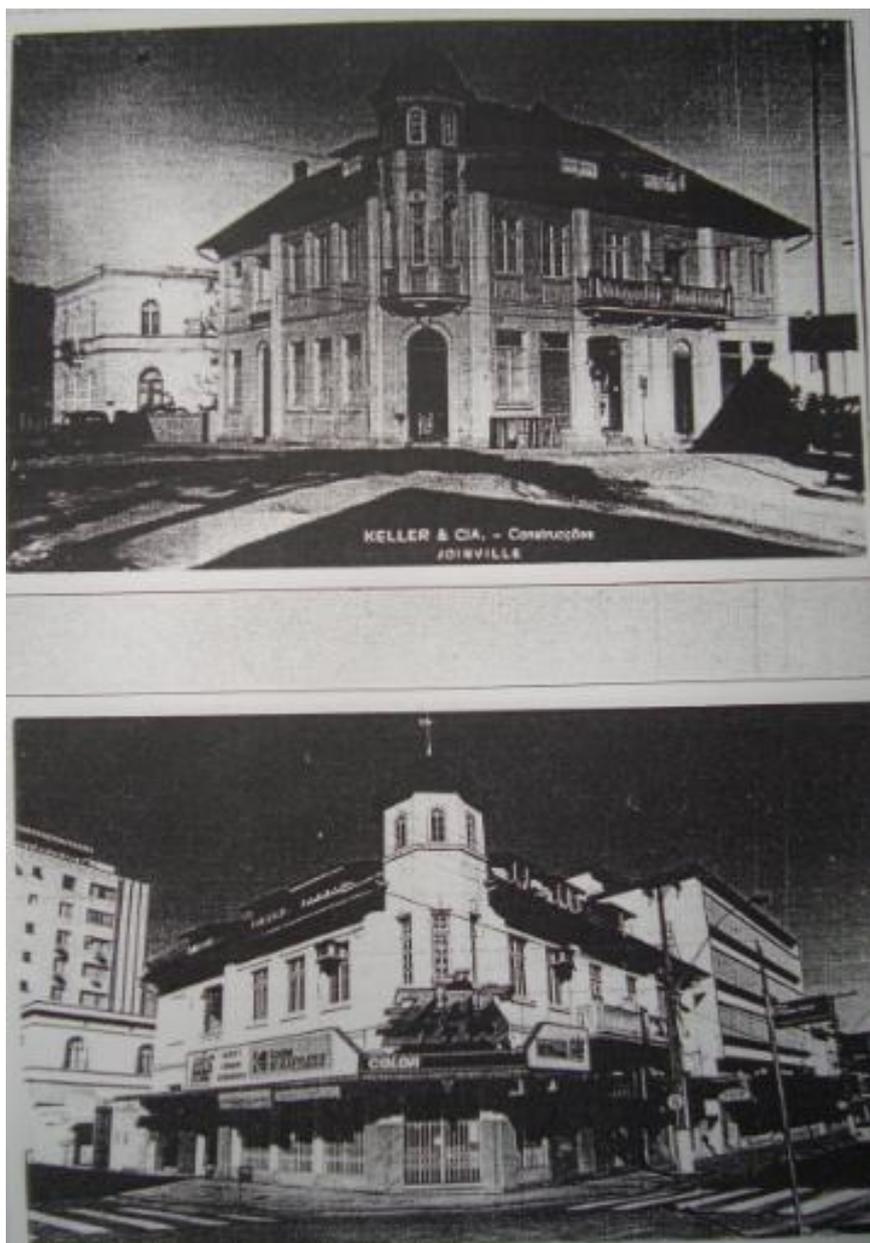
Atendendo a solicitação do IPPUJ, a realização do documento tinha como finalidade o fornecimento de subsídios para o projeto “Cores de Joinville”.

O levantamento apresenta as construções, com suas correspondentes descrições.

Rua do Príncipe nº 101/109 - Comércio H. Lepper

Uso: Edifício Eugênio Lepper/Zás Color/Magazine Brasília.

Histórico: o prédio foi construído em 1923 [...] para uso comercial e residencial.



Rua do Príncipe nº 141/143 – Relojoaria e Ótica Klix

Uso: Relojoaria e Ótica Klix

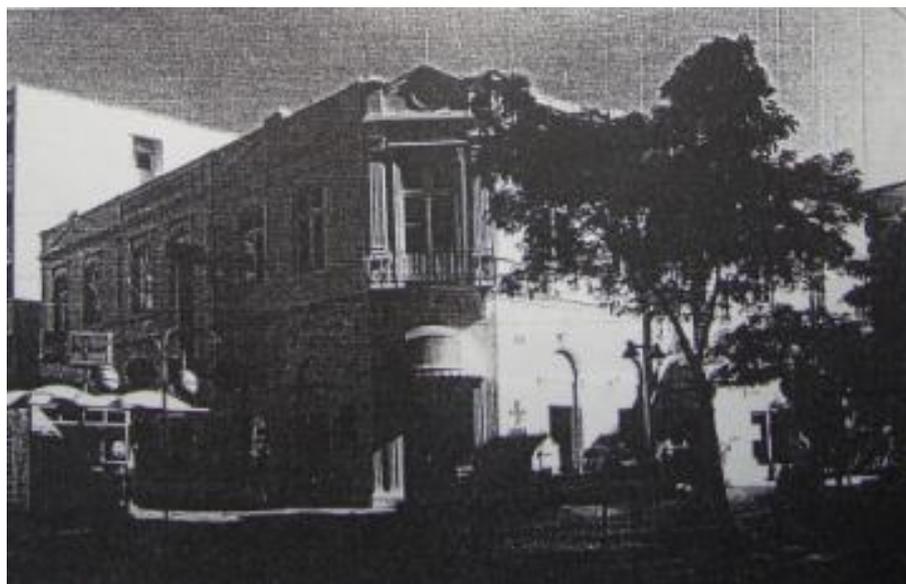
Histórico: não foi localizada documentação suficiente para comprovação da data exata da construção, porém, em 1928, o Almanak de Joinville publica uma lista de estabelecimentos comerciais, onde o nome do Sr Arthur Klix consta como ourives.



Rua do Príncipe nº 192 – esquina com Rua XV de Novembro

Uso: Antiga Farmácia Hugo Delitsch e atual Salfer Adm. Bens Próprios

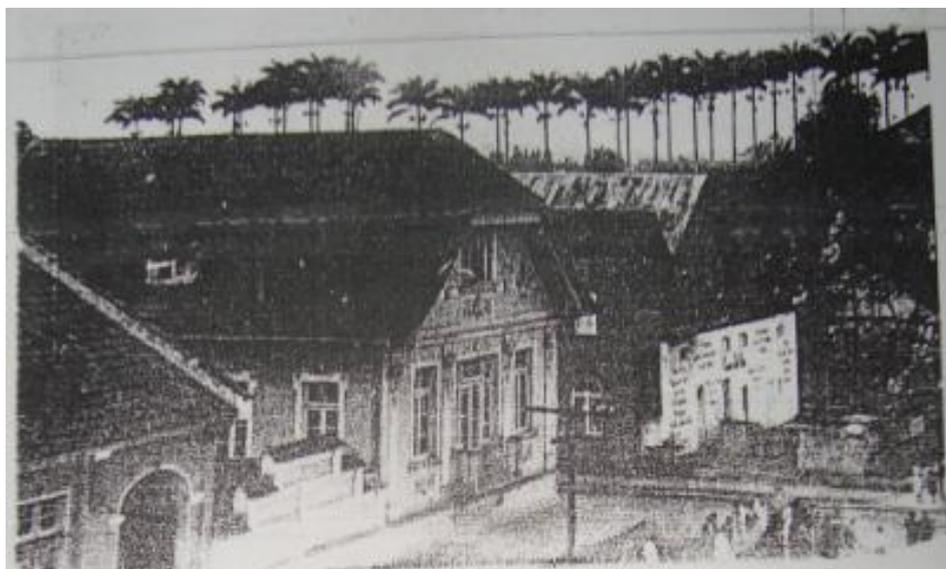
Histórico: prédio construído na década de 10 (entre 1905 e 1908) para abrigar a Farmácia Delitsch



Rua do Príncipe nº 249

Uso: antiga Confeitaria Ravache, atual Casa da Sogra

Histórico: prédio construído em 1920.



Rua do Príncipe esquina com Rua 9 de Março

Uso: antigo Banco INCO, atual Banestado

Histórico: data de construção aproximada de 1930.



Rua do Príncipe nº 345, esquina com Rua Jerônimo Coelho.

Uso: antigo Palacete Schlemm, atual Hotel Príncipe/Lojas Roberto

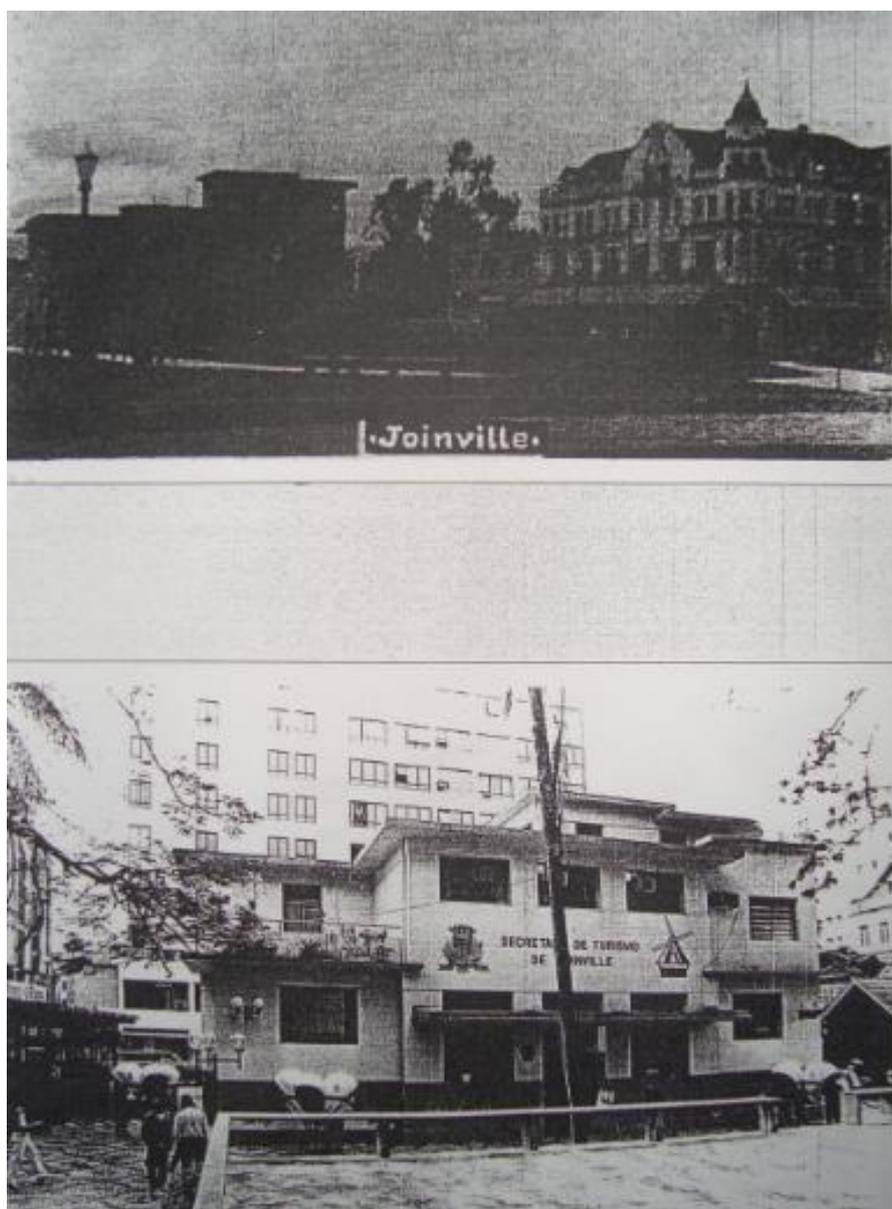
Histórico: residência e casa comercial construída em 1930.



Rua do Príncipe nº 372, Praça Nereu Ramos

Uso: antigo Correio, atual Secretaria de Turismo

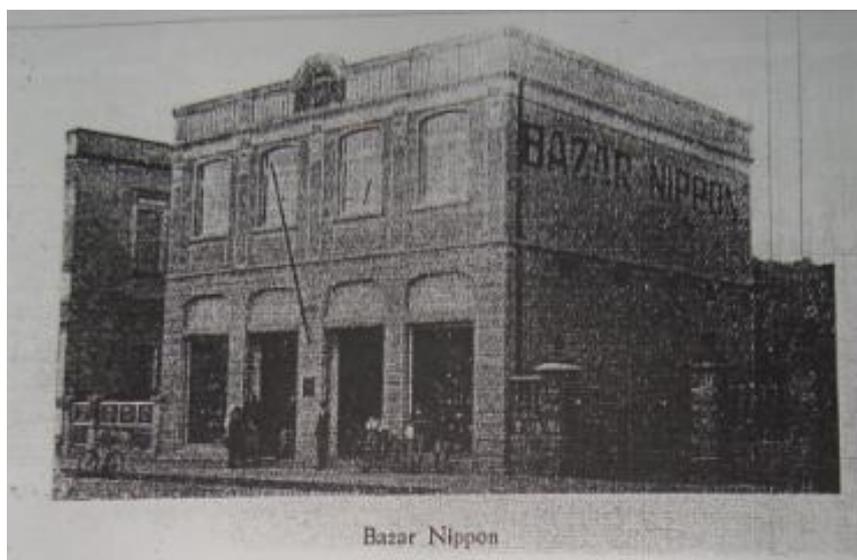
Histórico: construída na década de 30 para abrigar a sede dos Correios e Telégrafos.



Rua do Príncipe nº 403/405

Uso: antigo Bazar Nippon, atual Show Modas

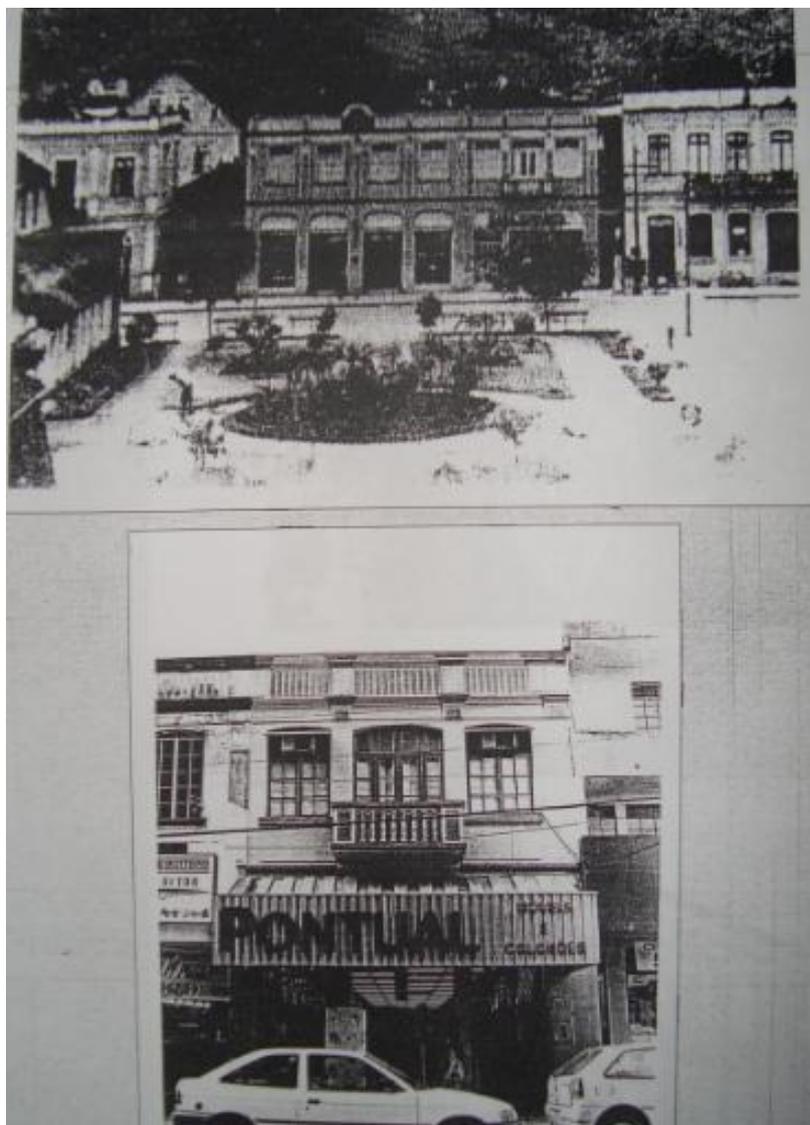
Histórico: construído em 1925.



Rua do Príncipe nº 415

Uso: antigo Mercantil Pedro Bencz Ltda, atual Lojas Pontual

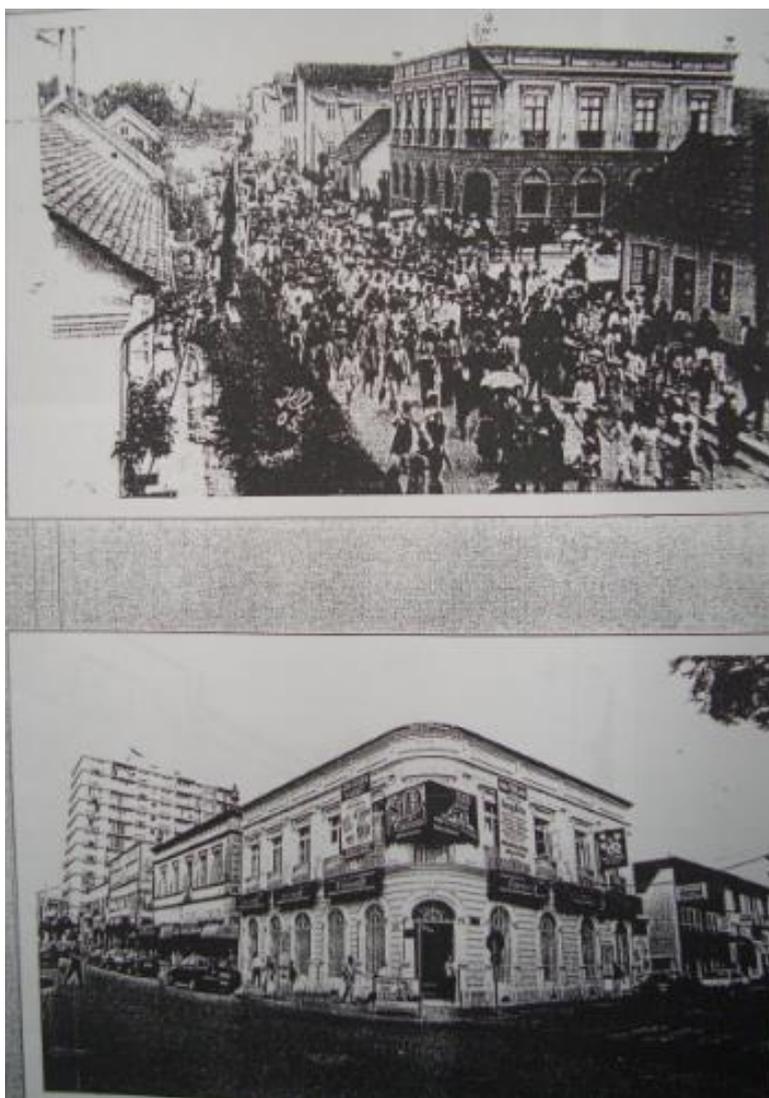
Histórico: construído em 1927, para uso comercial.



Rua do Príncipe nº 434, esquina com Rua Engenheiro Niemeyer

Uso: antigo Escritório do Sr Abdon Batista, atual Fininvest

Histórico: construído entre 1904 e 1905, para sede da empresa do político Abdon Batista, sendo depois ocupada pelo Banco do Brasil.



Rua do Príncipe nº 458/460

Uso: antiga Relojoaria Muller, atual Casa Amazonas/A Fabulosa

Histórico: construída entre 1906 e 1910, residência e relojoaria de F. Muller.



Rua do Príncipe nº 461 (433/439/449)

Uso: antiga e atual Farmácia Minâncora

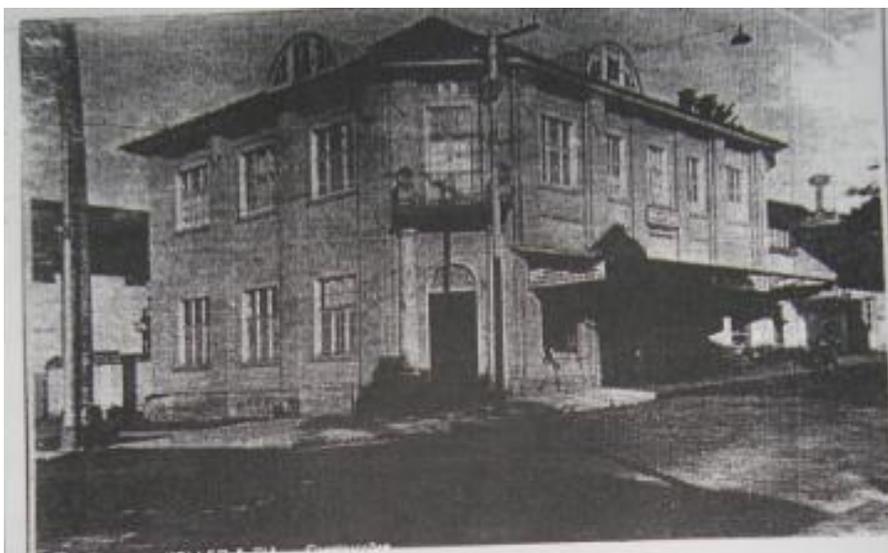
Histórico: construída em 1929 para uso comercial.



Rua do Príncipe nº 501

Uso: antiga e atual Lojas Richlin

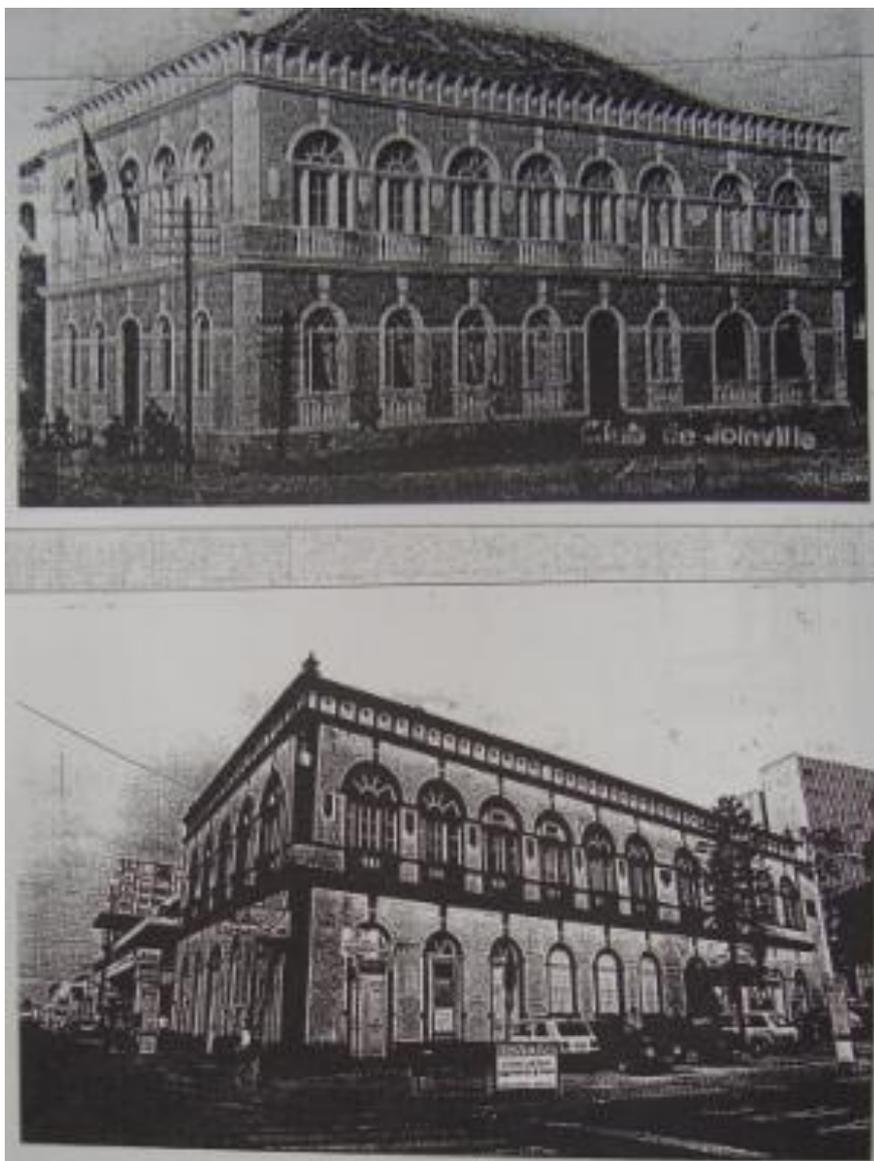
Histórico: construída em 1932.



Rua do Príncipe nº 600, esquina com Rua Padre Carlos

Uso: Clube Joinville

Histórico: construído em 1913



Rua do Príncipe nº 623/641, esquina com Rua Marinho Lobo

Uso: antigo Açougue do Sr. Hagemann e uso residencial, atual Foto Brasil/Calçados A Preferida/Flash Studio

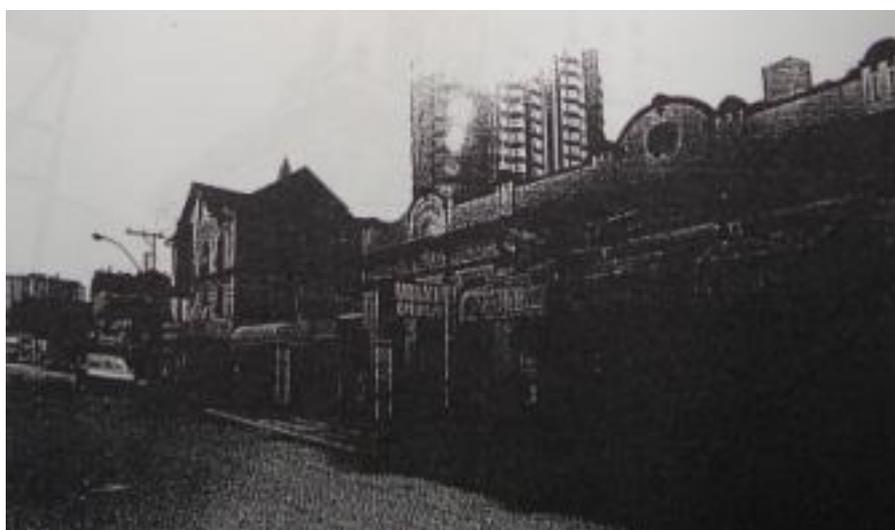
Histórico: construído em 1919 para uso residencial e comercial.



Rua do Príncipe nº 685

Uso: antiga Farmácia Vieira, Farmácia Catedral

Histórico: construída no início do século.



Rua do Príncipe nº 764/766

Uso: antiga residência e comércio de calçados Henrique Alves Dingee, atual Alfaiataria Minatti e Onofres Bar

Histórico: construído em 20/04/1920



ANEXOS

A evolução da legislação sobre patrimônio cultural e histórico no Brasil

Evolução na Legislação

Segue o histórico das leis, a partir de 1937:

ano	governo			instrumento legal				detalhe
	federal	estadual	municipal	constituição	lei	lei complementar	decreto	
1937	X						25	PROTEÇÃO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO
1941	X						29	CANCELAMENTO DE TOMBAMENTOS
	X						3866	CANCELAMENTO DE TOMBAMENTOS
1948	X						3	CONVENÇÃO PROTEÇÃO FLORA, FAUNA E BELEZAS CENICAS NATURAIS
1961	X				3924			MONUMENTOS ARQUEOLÓGICOS E PRÉ HISTÓRICOS
1965	X				4845			PROIBIR SAIDA PARA O EXTERIOR OBRAS DE ARTE E OFICIOS ATÉ FIM PERIODO MONARQUICO
1968	X				5471			EXPORTAÇÃO LIVROS ANTIGOS
	x						65347	EXPORTAÇÃO LIVROS ANTIGOS
1969			X		1042			cria o museu arqueológico de sambaqui de Joinville.
	X						71	PROIBIR E IMPERDIR IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, TRANSFERENCIA E PROPRIEDADES ILCITAS
	X						72	PROIBIR E IMPERDIR IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, TRANSFERENCIA E PROPRIEDADES ILCITAS
	X				5805			NORMAS DESTINADAS A PRESERVAR AUTENTICIDADE OBRAS LITERARIAS

ano	governo			instrumento legal				detalhe
	federal	estadual	municipal	constituição	lei	lei complementar	decreto	
1973	X						72312	PROIBIR E IMPERDIR IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, TRANSFERENCIA E PROPRIEDADES ILCITAS
			X		1.271			cria o museu de arte de Joinville
1975	X				6292			TOMBAMENTO DE BENS NO IPHAN
1976			x				3206	REGULAMENTO INTERNO DO MUSEU DE ARTE DE JOINVILLE.
1977	X						80978	PROTECAODO PATRIMONIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL
	X						74	PROTECAODO PATRIMONIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL
1980			x		1773			PROTEÇÃO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL.
			x		1774			IMUNIDADE E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS.
		x			5846			Lei do Tombamento Estadual
1982			x		1863			cria a fundação cultural de Joinville
1983			x				4745	APROVA O ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE.
1986	X						6403	ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS
1988	x			Constituição				ART 23 - Competência comum União/Estados/Municípios.
	X						95733	INCLUSÃO ORÇAMENTO PREVENIR OU CORRIGIR PREJUÍZOS AMBIENTAL CULTURAL SOCIAL
	X				7668			FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
1990	X				8113			IBPC E BIBLIOTECA NACIONAL
1991	X				8159			POLITICA NACIONAL DE ARQUIVOS PUBLICOS
	X				8313			INSTITUI O PRONAC
1993		X			9342			Altera o art. 2º e o inciso I, do art. 5º, da Lei nº 5.846,
1995	X						1494	SISTEMÁTICA EXECUÇÃO DO PRONAC
1996			X		3333			DÁ NOVA ESTRUTURA À FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE.
1997			X		3466			INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI Nº 3333, DE 22 DE JULHO DE 1996
		x					2133	Homologa tombamento de imóveis.
1998	X				9605			SANSÕES APLICÁVEIS ÀS CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE
1999			x		4014			CRITÉRIOS SOBRE A COMPOSIÇÃO, DEFESA, UTILIZAÇÃO E ALIENAÇÃO BENS PÚBLICOS.
	X						3170	SANSÕES APLICÁVEIS ÀS CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE
2000	X						3551	cria o programa nacional do patrimônio imaterial
2002	x						4073	POLÍTICA NACIONAL ARQUIVOS PUBLICOS E PRIVADOS
	X				10413			TOMBAMENTO

ano	governo			instrumento legal			decreto	detalhe
	federal	estadual	municipal	constituição	lei	lei complementar		
2003	X		x		10753		11006	HOMOLOGA O TOMBAMENTO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO ANTIGO "CINE PALÁCIO".
							11440	POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO
			x				11760	COMISSÃO DE GERÊNCIA DO COMPLEXO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE JOINVILLE.
2004	X				10994			HOMOLOGA O TOMBAMENTO DO "COMPLEXO AMBIENTAL E ARQUEOLÓGICO DA CAIEIRA".
	X						5264	DEPOSITO LEGAL PUBLICAÇÕES BIBLIOTECA NACIONAL
	X						5040	INSTITUI SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS
2005			x				12276	ESTRUTURA REGIMENTAL DO IPHAN
			x				12591	HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA ALAMEDA BRUSTLEIN
			x				12839	HOMOLOGA O TOMBAMENTO DA "PONTE ALFONSO ALTRAK
2006			x		5530			REGULAMENTA A LEI Nº 5.372, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005, QUE INSTITUI O SIMDEC
	X						5753	OBRIGATORIEDADE IDENTIFICAÇÃO AFIXAÇÃO DE DATA DOS BENS TOMBADOS.
	X						5761	CONVENÇÃO PARA SALVAGUARDA O PATRIMONIO IMATERIAL
2008			x		6346		22	SISTEMÁTICA EXECUÇÃO DO PRONAC
	X						6514	CONVENÇÃO PARA SALVAGUARDA O PATRIMONIO IMATERIAL
			x			261		CONCESSÃO USO ESTACAO MEMÓRIA IMPLANTAÇÃO ESTAB. COMERCIAIS.
2009			x				16162	INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AO MEIO AMBIENTE
	X				11906			PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE
	X				11904			HOMOLOGA O TOMBAMENTO DE BENS CULTURAIS.
2010			x				6844	ESTATUTO DE MUSEUS
	X						127	ESTRUTURA REGIMENTAL IPHAN
			x		12192		17016	PAISAGEM CULTURAL
2011			x				17187	HOMOLOGA O TOMBAMENTO DE BENS CULTURAIS.
			x			325		DEPOSITO LEGAL DE OBRAS MUSICAIS NA BIBLIOTECA NACIONAL
			x			363		HOMOLOGA O TOMBAMENTO DE BENS CULTURAIS.
		x			366		A comunicação visual no Município de Joinville obedecerá ao disposto nesta Lei	
								DISPÕE SOBRE DEDUÇÕES E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS
								DISPÕE SOBRE DEDUÇÕES E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS

E-mail enviado por Peninha em 25 de novembro de 2012

Re: informações

De: "Peninha Machado" <peninhamachado@gmail.com>

Domingo, 25 de Novembro de 2012 23:23

Para: "João Abeid Filho" <rotadovento@yahoo.com.br>

Bom dia João

Será um prazer participar do seu trabalho !

Peninha Machado, natural de São Francisco do Sul, nascido em 20/12/1953

Repórter Fotográfico e Artesão

Um dos fundadores e o primeiro presidente da AJART, Associação Joinvilense do Artesão.

Foi presidente por vários mandatos, e recebeu o título de Presidente de Honra da AJART, indicação feita em assembléia Assembléia Geral convocada para esse fim.

Exerceu a atividade de artesão a partir dos anos 70, vivendo e viajando por várias cidades do Brasil com artesanato, e participando das Feiras de Artes e Artesanato de Joinville

praticamente desde o seu início. Trabalhou com metais (bijuteria), couro, tingimento, madeira (entalhes) etc.

Através da AJART incentivou e participou da criação da Feira de Artesanato de Jaraguá do Sul, da Feira Catarinense do Artesanato, realizada anualmente em Balneário Camboriú, onde a AJARTE sempre foi destaque pela organização e volume de vendas.

Sempre lutou pela organização da classe, como também pela busca de novos espaços, e o desenvolvimento do Artesanato Joinvilense.

Em 25 de novembro de 2012 18:33, João Abeid Filho <rotadovento@yahoo.com.br> escreveu:

boa tarde Peninha,

minha orientadora do mestrado (Professora Dra Ilanil Coelho), sugeriu que eu colocasse as fotos que você me cedeu em minha dissertação, mas com uma apresentação sua

dessa forma, preciso que você me mande informações que gostaria que eu colocasse em meu trabalho, que relatem sobre "quem é o Peninha" e seu envolvimento com a Feira de Artesanato desde o seu início

seria um mini currículo, mas voltado ao tema da Feira de Artesanato

posso contar com sua colaboração, enviando-me esse "mini-curriculo"?

fico no aguardo de sua avaliação e retorno e de nova oportunidade para conversarmos sobre assuntos diversos, pois gostei muito de tê-lo conhecido e pretendo manter contato sempre que puder

grande abraço